



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N° 023/2026 **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 044/2026**

CONTRATANTE (UASG): MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA (987985).

OBJETO: Fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias e Departamentos da Administração Pública Municipal de Cafelândia/PR.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$1.144.463,10 (um milhão, cento e quarenta e quatro mil e quatrocentos e sessenta e três reais e dez centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 25/05/2026 às 09h00min (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço.

MODO DE DISPUTA: Aberto.

PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA EMPRESAS SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR: Sim.

PLATAFORMA DE PREGÃO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

GUIA PARA EMPRESAS QUE VÃO PARTICIPAR PELA 1ª VEZ PELO PORTAL COMPRAS.GOV):

<https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor/guia-para-fornecedores.pdf>



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES COMPRASGOV	6
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
7. DA FASE DE JULGAMENTO	14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
9. DOS RECURSOS	20
10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA	21
11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	22
12. DO CONTRATO	22
13. REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	23
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	25
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	28
16. DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO	29
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	29



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2026

Torna-se público que a Prefeitura do Município de Cafelândia, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 78.121.878/0001-72, sediada na Rua Vereador Luiz Picoli, 299 - Centro, Cafelândia - PR, 85415-000, por meio do setor de compras e licitações realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias e Departamentos da Administração Pública Municipal de Cafelândia/PR, conforme as condições, quantidades e exigências descritas no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital e demais anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

1.3. Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica da plataforma de licitação www.gov.br e as especificações constantes no Termo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO prevalecerão às do Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico empresas brasileiras ou empresas estrangeiras em funcionamento no Brasil pertencentes ao ramo do objeto licitado, que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, para o respectivo cadastramento junto ao SICAF e COMPRASGOV e que desempenhem atividade compatível com o objeto desta Licitação.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. A participação será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6. **APLICA-SE NESTE PREGÃO, O DISPOSTO NO ARTIGO 48, § 3º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ARTIGO 7º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 039/2023, QUE ESTABELECE A PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ATÉ O LIMITE DE 10% (DEZ POR CENTO) DO MELHOR PREÇO VÁLIDO. ESTE BENEFÍCIO NÃO IMPEDE A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE OUTRAS LOCALIDADES.**

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1.aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2.autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3.empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2.12. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES COMPRASGOV

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para recebimento da proposta.

4.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.3.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote;

4.3.2. Nos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a data e horário fixado para recebimento das propostas.

4.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

4.7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.8.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.8.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.7.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.7.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.7.3.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.7.
- 5.8.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante na proposta preenchida no sistema, sendo que os documentos anexados serão disponibilizados apenas após a fase de lances.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item/lote.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$0,01 (um centavo)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **“ABERTO”**.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas úteis (horário de funcionamento), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.2.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2. Habilitação Jurídica:

8.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 8.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.2.4. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;
- 8.2.5. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.2.7. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);
- 8.2.8. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#);
- 8.2.9. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165);
- 8.2.10.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ);

8.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.~

8.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4. Qualificação Econômico-Financeira:

8.4.1. Não será exigida Qualificação Econômico-Financeira.

8.5. Qualificação Técnica

8.5.1. Não será exigida Qualificação Técnica.

8.6. Declarações:

8.6.1. Declarações Unificadas (conforme Anexo IV do Edital).

8.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 8.8.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.9.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 8.10.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.11.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.12.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.13.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.13.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.14.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 8.15.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.16.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.17.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais em plataformas ou cadastros (PNCP, SICAF, COMPRASGOV) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.18.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação/inabilitação.
- 8.19.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.20.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.20.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo no máximo, duas horas úteis, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.21.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.21.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.22.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):
- 8.22.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8.22.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.23. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro, poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.24. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.20.1.

8.25. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo quinze minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.4.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.4.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.cafelandia.pr.gov.br/>

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada, no e-mail a ser informado no chat, no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à CONTRATADA, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a CONTRATADA.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos (**limitada a 02 (duas) casas após a vírgula**) e o valor global em algarismos e por extenso.

10.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

10.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12. DO CONTRATO

12.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 12.4.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 12.5.** A CONTRATADA reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.6.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.7.** As possíveis prorrogações contratuais estarão condicionadas: À compatibilidade dos preços contratados com aqueles praticados no mercado em relação à realização de uma nova licitação;

13. REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 13.1.** Os preços registrados poderão ser revistos para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida na letra "d" do inciso II, do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 13.2.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
- 13.3.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 13.4.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
- 13.5.** A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos ou instrumentos equivalentes com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
- 13.6.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata.
- 13.7.** A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

13.8. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do fornecedor ou prestador signatário do Contrato, cabendo a análise dos preços pela Planejamento de Compras e a deliberação a respeito do pedido pelo Gestor de Contratos.

13.9. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- b) Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
- c) Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;
- d) Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.

13.10. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

13.11. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar.

13.12. Em conformidade com os preceitos legais e visando assegurar a manutenção das proporções entre o "*valor registrado*" e o "*valor de mercado*", no contexto de deliberações pertinentes, será efetuada uma pesquisa para determinação do novo "*valor de mercado*". **Para efeito de preservação das referidas proporções, será aplicado o desconto concedido pela empresa na data da licitação, sendo este último considerado como fator ajustador na determinação do valor final a ser adotado para a deliberação em questão.** Tal procedimento busca garantir a conformidade com os princípios legais vigentes, bem como a transparência e equidade no processo decisório.

13.13. Se não houver prova efetiva de desequilíbrio econômico-financeiro e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor contratado, sob pena de rescisão contratual e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

13.14. Na hipótese da rescisão contratual prevista no subitem acima, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

13.15. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

13.16. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço revisado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.17. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) Der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- b) Der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para sua celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou execução da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, quando o Fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

14.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

14.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

14.2.4. Multa:

14.2.4.1. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

14.2.4.2. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

14.2.4.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão da Ata de Registro de Preços dela derivados por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

14.2.4.4. Compensatória de 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

14.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração (art. 156, §9º).



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

14.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Fornecedor, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.8. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Fornecedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

14.9. A Administração deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.11. Os débitos do Fornecedor para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo fornecimento ou de outros contratos administrativos que o fornecedor possua com o mesmo órgão ora contratante.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos e-mail's adriano.compras@cafelandia.pr.gov.br e juliana.gomes@cafelandia.pr.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro ou Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

16.DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 720, de 05 de outubro de 2015. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

17.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica da plataforma de licitação www.gov.br e as especificações constantes no Termo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO prevalecerão às últimas.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.cafelandia.pr.gov.br/>.

17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 17.11.1.** ANEXO I - Termo de Referência
- 17.11.2.** ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar
- 17.11.3.** ANEXO III – Modelo de Proposta
- 17.11.4.** ANEXO IV – Declaração Unificada
- 17.11.5.** ANEXO V – Minuta do Contrato

Cafelândia/PR, 11 de maio de 2026.

JOÃO LAURO BOLONHA
Secretaria de Administração



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias e Departamentos da Administração Pública Municipal de Cafelândia/PR, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste instrumento. Os EPIs são itens essenciais para garantir a proteção dos profissionais durante a execução de suas atividades, promovendo um ambiente de trabalho seguro e em conformidade com as normas de segurança do trabalho.

A empresa contratada será responsável pelo fornecimento, transporte e entrega dos EPIs, conforme as especificações detalhadas no edital, assegurando que todos os itens atendam aos requisitos de qualidade e segurança definidos pelas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e demais legislações pertinentes à área de segurança do trabalho.

Além disso, a empresa contratada deverá garantir a disponibilidade contínua dos itens, conforme demanda das Secretarias solicitantes, respeitando os prazos de entrega estabelecidos no contrato e as condições de fornecimento acordadas.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MÉDIA	TOTAL
1	AVENTAL DE SEGURANÇA, CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO REVESTIDO DE PVC EM UMA DAS FACES, COM TRÊS TIRAS DO MESMO MATERIAL, SOLDADAS ELETRONICAMENTE, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, CA.	UND	300	R\$ 7,26	R\$ 2.178,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2	AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM RASPA COM TRÊS TIRAS DO MESMO MATERIAL, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, COM CA	UND	200	R\$ 33,01	R\$ 6.602,00
3	APOIO PARA PÉS EM MDF, SUPERFÍCIE ANTIDERRAPANTE, ESTRUTURAS METÁLICAS. COR PRETO; MATERIAL: MADEIRA EM MDF E MADEIRA RESISTENTE, PARTE PLANA EM MADEIRA, PÉS EM MATERIAL RESISTENTE. DIMENSÕES: 45,5 X 30,5, PESO BRUTO EMBALADOS: 1,46 KG.	UND	100	R\$ 43,60	R\$ 4.360,00
4	APOIO PARA OS PUNHOS/TECLADO, EM GEL. PROPORCIONA ERGONOMIA E CONFORTO. O APOIO DE PULSO EM GEL POSSUI SUPERFÍCIE COM FUROS PARA MASSAGEM E ALTURA IDEAL PARA EVITAR LESÕES NOS PULSOS, ALÉM DE REDUZIR LESÕES NAS MÃOS; CONTA COM BASE ANTIADERENTE.	UND	200	R\$ 30,10	R\$ 6.020,00
5	MOUSE PAD COM APOIO EM GEL.	UND	100	R\$ 14,33	R\$ 1.433,00
6	VESTIMENTAS/ CAPA IMPERMEÁVEL EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, NAS CORES BRANCO, VERDE, AZUL, ROSA, VERMELHAS, ETC, DESCARTÁVEIS, TIPO CONJUNTO CALÇA/CAMISA/ BLUSA COM ELÁSTICO NOS PUNHOS NOS TAMANHOS: P; M, G; GG & EXG	UNID.	2000	R\$ 9,86	R\$ 19.720,00
7	CAVALETE DE ALERTA DE PISO MOLHADO/ESCORREGADIO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE (PVC).	UNID.	100	R\$ 29,93	R\$ 2.993,00
8	MASCARA RESPIRATÓRIA PFF ¹ PARA POEIRAS E NÉVOAS, DOBRÁVEL, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UNID.	1000	R\$ 0,89	R\$ 890,00
9	MASCARA RESPIRATÓRIA PFF ² MASCARA DESCARTÁVEL, TIPO SEMIFACIAL FILTRANTE, MODELO DOBRÁVEL, CLASSE PFF ² , COM SOLDA ELETRÔNICA EM TODO PERÍMETRO, CONFECCIONADA COM MANTA SINTÉTICA COM TRATAMENTO ELETROSTÁTICO, PARA PARTÍCULAS P2, DOTADA DE VÁLVULA DE EXALAÇÃO, PARA MAIOR CONFORTO E COM ELÁSTICOS PARA FIXAÇÃO E AJUSTE À CABEÇA DO USUÁRIO. PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS DO USUÁRIO CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS METÁLICOS, COM CA.	UNID.	1000	R\$ 1,12	R\$ 1.120,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

10	MASCARA RESPIRATÓRIA PFF ³ PARA POEIRAS E NÉVOAS, DOBRÁVEL, COM FILTRO DE CARVÃO ATIVADO, E VÁLVULA RESPIRATÓRIA, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UNID.	1000	R\$ 1,56	R\$ 1.560,00
11	RESPIRADOR SEMIFACIAL, QUATRO PONTOS DE FIXAÇÃO COM TIRANTES EM ELÁSTICO, COM DUAS VÁLVULAS DE INALAÇÃO E UMA DE EXALAÇÃO, INCLUINDO PAR DE FILTROS VO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UNID.	200	R\$ 35,30	R\$ 7.060,00
12	RESPIRADOR/MÁSCARA REUTILIZÁVEIS TAMANHO "M E G", PURIFICADOR DE AR SEMIFACIAL, MULTIGASES DUPLA FILTRAGEM, EM BORRACHA TERMOPLÁSTICA COR PRETA, VÁLVULAS DE INALAÇÃO COM JUNTA DE VEDAÇÃO PARA FILTROS QUÍMICOS OU SUPORTE PARA ENCAIXE DE FILTRO MECÂNICO. C/QUATRO HASTES E DOIS TIRANTES ELÁSTICOS FIXADOS ATRAVÉS DE PRESILHAS DE AJUSTE E DOTADOS DE SUPORTE PARA A CABEÇA. C/ C A	UNID.	200	R\$ 35,81	R\$ 7.162,00
13	ÓCULOS DE PROTEÇÃO EM POLIPROPILENO, SIMILAR AO MODELO LEOPARDO, INCOLOR, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UNID.	600	R\$ 2,68	R\$ 1.608,00
14	ÓCULOS DE PROTEÇÃO EM POLIPROPILENO, SIMILAR AO MODELO LEOPARDO, FUMÊ, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA	UNID.	600	R\$ 2,63	R\$ 1.578,00
15	CHAPÉU MASCULINO DE JUTA AUSTRALIANA NATURAL C/FORRO NA ABA; BANDA EM BRIM BORDADO COM 1 LOGOMARCA A CRITÉRIO DA SECRETARIA. TAMANHO P, M, G & GG	UNID.	200	R\$ 51,91	R\$ 10.382,00
16	CHAPÉU FEMININO DE JUTA AUSTRALIANA NATURAL C/FORRO NA ABA E LAÇO; BANDA EM BRIM BORDADO COM 1 LOGOMARCA A CRITÉRIO DAS SECRETARIAS TAMANHO P/M/G	UNID.	200	R\$ 65,40	R\$ 13.080,00
17	TOUCA/ CHAPÉU ÁRABE C/ABA EM HELANCA COM FECHAMENTO EM VELCRO. C/C NA COR AZUL, COM CA	UNID.	800	R\$ 7,67	R\$ 6.136,00
18	COLETE REFLETIVO TIPO X	UNID.	200	R\$ 10,69	R\$ 2.138,00
19	COLETE REFLETIVO TIPO REGATA, FECHO EM VELCRO NA FRENTE	UNID.	200	R\$ 12,25	R\$ 2.450,00
20	CAPACETE PARA ELETRICISTA PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA OU PARTE CONTRA IMPACTOS DE OBJETOS, CHOQUES ELÉTRICOS,	UNID.	20	R\$ 24,91	R\$ 498,20



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	QUEIMADURAS, AÇÃO DE CHUVAS E RAIOS SOLARES. COM GARGANTILHA; COM CA. CORES Á ESCOLHER				
21	CAPACETE DE SEGURANÇA, TIPO ABA FRONTAL, COM CARNEIRA INJETADA EM PLÁSTICO, COM PEÇA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA DE POLIÉSTER. COM GARGANTILHA, COM CA. CORES Á ESCOLHER	UID.	20	R\$ 11,30	R\$ 226,00
22	CAPACETE DE SEGURANÇA, TIPO ABA FRONTAL, COM CARNEIRA INJETADA EM PLÁSTICO, COM PEÇA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA DE POLIÉSTER, COM GARGANTILHA ABAFADOR ACOPLADO, COM CA. CORES Á ESCOLHER		20	R\$ 11,30	R\$ 226,00
23	CAPACETE DE SEGURANÇA, TIPO ABA FRONTAL, COM CARNEIRA INJETADA EM PLÁSTICO, COM PEÇA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA DE POLIÉSTER, COM GARGANTILHA ABAFADOR ACOPLADO, COM CA. CORES Á ESCOLHER	UNID.	50	R\$ 61,25	R\$ 3.062,50
24	CINTURÃO DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA EM POLIÉSTER, ESTILO ABDOMINAL COM 02 ANCORAGENS LATERAIS EM AÇO, ENCAIXE PARA FERRAMENTAS. E TALABARTE EM FITA DE POLIÉSTER COM GANCHOS DE SEGURANÇA. COM C.A.	UNID.	10	R\$ 176,48	R\$ 1.764,80
25	MACACÃO PARA PULVERIZAÇÃO COM HERBICIDAS, AGROTÓXICOS EM POLIAMIDA COM CAPUZ FECHAMENTO POR ZÍPER COM ELÁSTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS.	UND	200	R\$ 64,36	R\$ 12.872,00
26	MACACÃO DE SEGURANÇA COM CAPUZ CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO DE POLIPROPILENO COM CAMADA DE FILME DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE; FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE ZÍPER / E OU VELCRO E PALA PROTETORA, ELÁSTICO NO CAPUZ, MANGAS E TORNOZELOS, COSTURAS REFORÇADAS. TAMANHO M, G, & GGC/ CA.	UND	200	R\$ 14,27	R\$ 2.854,00
27	PERNEIRA DE RASPA, COM COBERTURA NO METATARSO E COM FECHAMENTO EM VELCRO, FIO-DE-AÇO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	PAR	200	R\$ 22,37	R\$ 4.474,00
28	PERNEIRA EM COURO SINTÉTICO, COM CINCO TALAS DE PROTEÇÃO, COM CA – (NEXUS CA 19667)	PAR	100	R\$ 28,03	R\$ 2.803,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

29	PROTETOR AUDITIVO, TIPO CONCHA, COM HASTE E SUPORTE DO ABAFADOR CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO POR PROCESSO DE INJEÇÃO, CONCHAS CONFECCIONADAS EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE PELO PROCESSO DE INJEÇÃO, ALMOFADA EXTERNA FABRICADA EM ESPUMA DE NÁILON REVESTIDA COM CAPA POR COLAGEM E ALTA TEMPERATURA E FILTROS INTERNOS CONFECCIONADOS EM ESPUMA DE FORMATO OVAL, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UND	100	R\$ 12,71	R\$ 1.271,00
30	PROTETOR AUDITIVO DE INSERÇÃO EM SILICONE COM CORDÃO EM FIO DE SEDA. COM C A	UND	1000	R\$ 1,11	R\$ 1.110,00
31	PROTETOR AUDITIVO DE INSERÇÃO EM ESPUMA MOLDÁVEL. COM C A	UND	1000	R\$ 1,25	R\$ 1.250,00
32	SOMBRINHAS PARA PROTEÇÃO DO SOL (ACS)	UND	50	R\$ 35,29	R\$ 1.764,50
33	SUPORTE FIXO PARA MONITOR, EM MDF 25 MM NA COR CINZA CRISTAL, ACABAMENTO COM FITA DE BORDA PVC., EVITA LESÕES COM MELHOR POSTURA, IDEAL PARA QUALQUER TIPO DE MONITOR, LCD OU CONVENCIONAL; ALTAMENTE RESISTENTE, AJUSTE DE ALTURA ATE 17 CM; 4 NÍVEIS PARA REAJUSTE DE ALTURA; SUPORTA MAIS DE 40 KL. MELHOR POSTURA E MENOS LESÕES CORPORAIS. ALTURA MÁXIMA 17 CM, ALTURA MÍNIMA 4,05 CM; PÉS DESMONTÁVEIS, ACABAMENTO BLECK PIANO; DIMENSÕES 27 CM X 33,05 CM X 6,8 CM.	UND	50	R\$ 62,29	R\$ 3.114,50
34	TALABARTE EM Y EM POLIÉSTER, 2 GANCHOS DUPLA TRAVA EM AÇO COM ABERTURA DE 55MM, 1 MOSQUETÃO DUPLA TRAVA EM AÇO COM ABERTURA DE 18MM, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UND	10	R\$ 166,10	R\$ 1.661,00
35	TRAVA-QUEDA EM AÇO UTILIZADO PARA CABO DE AÇO DE 8 MM, DUPLO TRAVAMENTO, MOLA DE POSICIONAMENTO, MOSQUETÃO EM AÇO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA 14958.	UND	30	R\$ 155,72	R\$ 4.671,60



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

36	CAPA DE CHUVA CONFECCIONADA EM TECIDO SINTÉTICO REVESTIDO DE PVC, COM MANGAS, CAPUZ CONJUGADO, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES DE PRESSÃO E COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, COR AMARELA, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. CA	UND	500	R\$ 15,36	R\$ 7.680,00
37	CALÇA IMPERMEÁVEL CONFECCIONADA EM TECIDO SINTÉTICO REVESTIDO DE PVC, COM CORDÃO NO CÓZ PARA AMARRAR, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES DE PRESSÃO E COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, COR AMARELA, TAMANHO P, M, G & GG.COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. CA	UNID	500	R\$ 16,29	R\$ 8.145,00
38	BOTA DE PVC FORRADA CANO CURTO, (BUTINA) COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 33 Á 43 NA COR PRETA	PAR	100	R\$ 32,49	R\$ 3.249,00
39	BOTA DE PVC FORRADA CANO MÉDIO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 33 Á 43 NA COR PRETA	PAR	100	R\$ 33,74	R\$ 3.374,00
40	BOTA DE PVC FORRADA CANO LONGO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. Nº 33 Á 43 NA COR PRETA	PAR	100	R\$ 35,30	R\$ 3.530,00
41	BOTA DE PVC FORRADA CANO EXTRALONGO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. Nº 37 Á 43 NA COR PRETA COM AMARRAS NA BORDA DO CANO.	PAR	100	R\$ 53,66	R\$ 5.366,00
42	BOTA DE PVC FORRADA CANO CURTO, (BUTINA) COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 33 Á 43 NA COR BRANCA	PAR	100	R\$ 33,52	R\$ 3.352,00
43	BOTA DE PVC FORRADA CANO MÉDIO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 33 Á 43 NA COR BRANCA	PAR	100	R\$ 36,02	R\$ 3.602,00
44	BOTA DE PVC FORRADA CANO LONGO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. Nº 33 Á 43 NA COR BRANCA	PAR	100	R\$ 38,93	R\$ 3.893,00
45	BUTINAS DE SEGURANÇA, EM COURO, NA COR PRETA COM SOLADO EM BORRACHA. (TIPO	PAR	200	R\$ 57,10	R\$ 11.420,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	PNEU), MODELO ELÁSTICO/ ZÍPER COM PALMILHA. COM CA. Nº 36 Á 45				
46	BUTINA DE SEGURANÇA, EM COURO, NA COR PRETA COM SOLADO EM PU, BI DENSIDADE INJETADO, MODELO ELÁSTICO, COM PALMILHA ANTIBACTERIANA. COM CA. Nº 33 Á 45	PAR	500	R\$ 44,64	R\$ 22.320,00
47	CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BUTINA NOBUCK, EM COURO COM CA, FECHAMENTO EM CADARÇO, BIQUEIRA EM POLIPROPILENO, E SOLADO BI COMPONENTE (ENTRE SOLA EM EVA E SOLA DE BORRACHA) DE N.º 35 AO 45	PAR	300	R\$ 79,41	R\$ 23.823,00
48	CAPACETE DE SEGURANÇA, TIPO ABA FRONTAL, COM CARNEIRA INJETADA EM PLÁSTICO, COM PEÇA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA DE POLIÉSTER. COM GARGANTILHA, COM CA. CORES Á ESCOLHER	UND	10	R\$ 11,30	R\$ 113,00
49	CARTUCHO QUÍMICO MULTIGASES PARA RESPIRADOR SEMIFACIAL, VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS, CAIXA COM 4 UNIDADES	CX	20	R\$ 51,91	R\$ 1.038,20
50	LANTERNA, COM CARGA ELÉTRICA RECARREGÁVEL 10 LED TAMANHO MÉDIO	UNID.	50	R\$ 59,17	R\$ 2.958,50
51	LANTERNA COM CARGA ELÉTRICA RECARREGÁVEL 15 LED TAMANHO GRANDE.	UNID.	50	R\$ 61,25	R\$ 3.062,50
52	LANTERNA TÁTICAS COM CARGA ELÉTRICA RECARREGÁVEL 05 LED TAMANHO PEQUENA, ZOOM TELESCÓPICO, MODELO DO LED (XMLT9 XHP50) ALTA INTENSIDADE QUALIDADE E ECONOMIA, RESISTENTE Á ÁGUA, MATERIAL EM LIGA DE MAGNÉSIO EM ALTA RESISTÊNCIA	UNID.	100	R\$ 51,91	R\$ 5.191,00
53	LANTERNA RECARREGÁVEL QUADRADA Á BATERIA 12 LEDS	UNID.	50	R\$ 158,83	R\$ 7.941,50
54	LUVA EM LÁTEX NATURAL RANHURADA TAMANHO P, M, G & GG; (7,8,9 & 10), COM CA; CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO	PAR	1000	R\$ 7,58	R\$ 7.580,00
55	LUVA NITRÍLICA, TAMANHO P, M, G & GG; (7,8,9 & 10), COM CA; CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO	PAR	1000	R\$ 5,49	R\$ 5.490,00
56	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM RASPA, REFORÇO INTERNO EM RASPA NA PALMA E DEDOS; TIRA DE REFORÇO EM RASPA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, CANO CURTO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA	PAR	500	R\$ 9,37	R\$ 4.685,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

57	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM RASPA, REFORÇO INTERNO EM RASPA NA PALMA E DEDOS; TIRA DE REFORÇO EM RASPA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, CANO MÉDIO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	PAR	500	R\$ 11,41	R\$ 5.705,00
58	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM RASPA, REFORÇO INTERNO EM RASPA NA PALMA E DEDOS; TIRA DE REFORÇO EM RASPA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, CANO LONGO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	PAR	500	R\$ 12,77	R\$ 6.385,00
59	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM VAQUETA, TIRA DE REFORÇO ENTRE O POLEGAR E INDICADOR, REFORÇO INTERNO NA PALMA, ELÁSTICO NO PUNHO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	PAR	1000	R\$ 10,35	R\$ 10.350,00
60	LUVA MISTA CONFECCIONADA NO DORSO EM RASPA E NA PALMA DA MÃO EM VAQUETA, COM REFORÇO EM VAQUETA ENTRE O DEDO POLEGAR E O INDICADOR, COM CA, CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO	PAR	1000	R\$ 9,83	R\$ 9.830,00
61	LUVA GREN VOLK (PEGASUS) COM CA; RESISTÊNCIA MECÂNICA. EM 388 – DESEMPENHO1121A. USO REUTILIZÁVEL, FORMATO ANATÔMICO; RESISTÊNCIA TÉRMICA, (CALOR), DESEMPENHO X2XXXXNOS TAMANHOS: P 07, M 08, G 09, GG 10 & EXC 11, FORMATO ANATÔMICO ESTRUTURA SUPORTE TÊXTIL, MONTADO E COSTURADOS EM FIBRAS NATURAIS; PUNHO EM MALHA GRIP, CORRUGADO RUGOSO	PAR	2000	R\$ 6,07	R\$ 12.140,00
62	LUVA EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS, CAIXA COM 100 UNIDADES NOS TAMANHOS, P, M, G & GG; COM C A.	CX	1000	R\$ 21,28	R\$ 21.280,00
63	LUVA FLEXTACTIL - LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM NYLON, RECOBERTA DE POLIURETANO NA PALMA, COM PUNHO EM ELÁSTICO, COM CA	PAR	2000	R\$ 2,50	R\$ 5.000,00
64	JALECO EM OXFORD BRANCO, MODELO MEIA PERNA, MANGA CURTA.	UND	300	R\$ 48,66	R\$ 14.598,00
65	JALECO EM OXFORD BRANCO, MODELO MEIA PERNA, MANGA LONGA.	UNI.	300	R\$ 54,88	R\$ 16.464,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

66	BLUSAS PARA PROTEÇÃO DO FRIO NO INVERNO NOS TAMANHOS P, M, G, GG & EXG. (LAVADORES NA RAMPA E TRAB. EM GERAL) CORES A DEFINIR	UND	300	R\$ 129,76	R\$ 38.928,00
67	CALÇA EM BRIM/ALGODÃO (PARA LAVADORES NA RAMPA) TAMANHO P, M, G, & GG. (CORES AZUL OU MARROM)	UND	50	R\$ 67,48	R\$ 3.374,00
68	CALÇA EM LONA IMPERMEÁVEL TIPO JARDINEIRAS, COM BOTA ACOPLADAS, PARA TRABALHOS EM AMBIENTES MOLHADOS, TAMANHOS VARIÁVEIS Nº 34 AO Nº 45	UND	100	R\$ 116,02	R\$ 11.602,00
69	CAMISA EM MALHA DECOTE EM V, CORES DIVERSAS, NOS TAMANHOS: P, M, G, GG & XGG	UND	200	R\$ 24,91	R\$ 4.982,00
70	CAMISA EM MALHA, GOLA POLO EM CORES DIVERSAS, TAMANHOS: P, M, G, GG & XGG	UND	200	R\$ 30,10	R\$ 6.020,00
71	CAMISA ESTILO SOCIAL MANGA CURTA COM BORDADO PQ. (BANDEIRA DO PARANÁ) NA MANGA DIREITA, E NA MANGA ESQUERDA BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA E DE TAMANHO UM POUCO MAIOR NO BOLSO. BRASÃO DO MUNICÍPIO. TECIDO & CORES A ESCOLHER. (PARA MOTORISTAS OPERADORES E DEMAIS TRABALHADORES BRAÇAIS). NOS TAMANHOS Á DEFINIR.	UNI	200	R\$ 98,62	R\$ 19.724,00
72	CAMISA EM FIO, GOLA POLO, MANGA CURTA COM BORDADO PQ. (BANDEIRA DO PARANÁ) NA MANGA DIREITA, E NA MANGA ESQUERDA BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA E DE TAMANHO UM POUCO MAIOR NO BOLSO. BRASÃO DO MUNICÍPIO. CORES E TAMANHOS Á DEFINIR	UNI	200	R\$ 50,87	R\$ 10.174,00
73	CALÇAS: EM BRIM, NAS CORES VERDE BANDEIRA, COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS EM AMBAS AS PERNAS NA ALTURA SOBRE O MEIO DA CANELA, COM UM BOLSO EM CADA LATERAL E UM BOLSO EM CADA LADO NA PARTE DE TRÁS. COM BOTÃO FRONTAL NO CÓS, E CORDÃO PARA AMARRAR NA FRENTE E COM ZÍPER NA FRENTE, NA PARTE DA BRAGUILHA, COM ELÁSTICO NO CÓS NA PARTE TRASEIRA E PRESILHAS PARA CINTA EM TODO O CÓS, NA LARGURA DO MESMO. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG, & EXG. COM PEQUENAS DIFERENÇAS ENTRE MODELO MASCULINO E FEMININO, PODENDO TAMBÉM SER UNISSEX.	UND	300	R\$ 78,90	R\$ 23.670,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

74	CALÇAS: EM BRIM, NAS CORES AZUL/ MARROM, COM UM BOLSO EM CADA LATERAL E UM BOLSO EM CADA LADO NA PARTE DE TRÁS. COM BOTÃO FRONTAL NO CÓS, E CORDÃO PARA AMARRAR NA FRENTE E COM ZÍPER NA FRENTE, NA PARTE DA BRAGUILHA, COM ELÁSTICO NO CÓS NA PARTE TRASEIRA E PRESILHAS PARA CINTA EM TODO O CÓS, NA LARGURA DO MESMO. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG, & EXG. COM PEQUENAS DIFERENÇAS ENTRE MODELO MASCULINO E FEMININO, PODENDO TAMBÉM SER UNISSEX. (PARA MOTORISTAS, OPERADORES DE MÁQUINAS E DEMAIS TRABALHADORES BRAÇAIIS)	UND	100	R\$ 78,90	R\$	7.890,00
75	CAMISAS 1: EM MALHAS, NAS CORES AZUL/ MARROM. EM MANGA CURTA, COM GOLA POLO. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO, . NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG (PARA MOTORISTAS, OPERADORES DE MÁQUINAS E DEMAIS TRABALHADORES BRAÇAIIS)	UND	300	R\$ 35,30	R\$	10.590,00
76	CAMISAS 2: - EM MALHAS, NAS CORES AZUL/ MARROM. EM MANGA LONGA, COM GOLA POLO. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG (PARA MOTORISTAS, OPERADORES DE MÁQUINAS E DEMAIS TRABALHADORES BRAÇAIIS)	UND	300	R\$ 40,49	R\$	12.147,00
77	CAMISAS 3: EM MALHAS, NAS CORES VERDE GRAMA, COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DOS BÍCEPS, NA COR LARANJA E UMA FAIXA DA MESMA COR CRUZADA NAS COSTAS NA ALTURA DO OMBRO EM DIAGONAL ATÉ A PARTE DE BAIXO DA OMOPLATA. EM MANGA COMPRIDA, COM GOLA TIPO ROLÊ. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO, EMBLEMA DO ECO AMBIENTAL NO OMBRO ESQUERDO E EMBLEMA DA ITAIPU NAS COSTAS, ACIMA DO CRUZAMENTO DAS FAIXAS REFLETIVAS. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG.	UND	300	R\$ 46,70	R\$	14.010,00
78	CAMISAS 4: - EM MALHAS, NAS CORES VERDE GRAMA, COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DOS BÍCEPS, NA COR LARANJA E UMA	UND	300	R\$ 41,44	R\$	12.432,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	FAIXA DA MESMA COR CRUZADA NAS COSTAS NA ALTURA DO OMBRO EM DIAGONAL ATÉ A PARTE DE BAIXO DA OMOPLATA. EM MANGA CURTA, COM GOLA ROLÊ. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO, EMBLEMA DO ECO AMBIENTAL NO OMBRO ESQUERDO E EMBLEMA DA ITAIPU NAS COSTAS, ACIMA DO CRUZAMENTO DAS FAIXAS REFLETIVAS. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG				
79	CAMISAS 5: - EM MALHAS, NAS CORES VERDE GRAMA, COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DOS BÍCEPS, NA COR LARANJA E UMA FAIXA DA MESMA COR CRUZADA NAS COSTAS NA ALTURA DO OMBRO EM DIAGONAL ATÉ A PARTE DE BAIXO DA OMOPLATA. EM MANGA COMPRIDA, COM GOLA POLO. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO, EMBLEMA DO ECO AMBIENTAL NO OMBRO ESQUERDO E EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL, ACIMA DO CRUZAMENTO DAS FAIXAS REFLETIVAS. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG	UND	300	R\$ 46,70	R\$ 14.010,00
80	CAMISAS 6: - EM MALHAS, NAS CORES VERDE GRAMA, COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DOS BÍCEPS, NA COR LARANJA E UMA FAIXA DA MESMA COR CRUZADA NAS COSTAS NA ALTURA DO OMBRO EM DIAGONAL ATÉ A PARTE DE BAIXO DA OMOPLATA. EM MANGA CURTA, COM GOLA POLO. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO, EMBLEMA DO ECO AMBIENTAL NO OMBRO ESQUERDO E EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA NAS COSTAS, ACIMA DO CRUZAMENTO DAS FAIXAS REFLETIVAS. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG	UND	300	R\$ 50,86	R\$ 15.258,00
81	CREME PROTETOR SOLAR, FATOR 60 FPS, BISNAGAS COM 120 ML., HIPOALERGÊNICO, LIVRE DE ÓLEOS	UNID.	1000	R\$ 12,46	R\$ 12.460,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

82	CINTO DE SEGURANÇA PARAQUEDISTA EM POLIÉSTER, 01 FIVELA DE AJUSTE NA CINTURA, AJUSTE PEITORAL, 3 MEIAS- ARGOLAS EM D, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, COM OS RESPECTIVOS TALABARTES, EM Y EM POLIÉSTER, 2 GANCHOS DUPLA TRAVA EM AÇO COM ABERTURA DE 55MM, 1 MOSQUETÃO DUPLA TRAVA EM AÇO COM ABERTURA DE 18MM, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UNID.	30	R\$ 78,89	R\$ 2.366,70
83	MACACÃO EM BRIM PARA SERVIÇOS GERAIS MANGA CURTA. NA COR AZUL/ MARROM TAMANHO "M, G, & GG PARA SERVIÇOS GERAIS	UND	100	R\$ 114,08	R\$ 11.408,00
84	JAQUETAS PARA FUNCIONÁRIOS DA AGRICULTURA E SVOSP, EM TECIDO DE POLIÉSTER IMPERMEÁVEL COM FORRO EM TACTEL, COM DOIS BOLSOS EXTERNOS E UM BOLSO INTERNO, COM ELÁSTICO NA BARRA E NOS PUNHOS, COM FECHO EM ZÍPER, EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL (BRASÃO) NA ALTURA DO PEITO AO LADO ESQUERDO, UMA BANDEIRA DO MUNICÍPIO NO OMBRO ESQUERDO E A BANDEIRA DO PARANÁ NO OMBRO DIREITO, COM A ESCRITA NAS COSTA COM OS DIZERES "PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA PR", AS ESCRITAS PODEM SER SERIGRAFIA OU BORDADOS, (AINDA A DEFINIR), NOS TAMANHOS: P,M,G,GG, & EXG.	UNID	200	R\$ 165,06	R\$ 33.012,00
85	CAMISAS GOLA POLO NAS CORES AZUL OU MARROM PARA LAVADORES NA RAMPA DE LAVAGEM, MANGA CURTA, NOS TAMANHOS, P, M, G & GG	UNID.	60	R\$ 39,45	R\$ 2.367,00
86	MANGOTES EM RASPAS, COM TIRAS DE FIXAÇÃO DO MESMO MATERIAL, PASSANDO PELOS OMBROS, COM CA	PAR	50	R\$ 21,46	R\$ 1.073,00
87	CADEIRAS ERGONÔMICAS DIRETOR ANATÔMICA ESPUMA INJETADA DE 50 MM, BASE A GÁS COM REGULAGEM DE ALTURA; REGULAGEM DE ENCOSTO E ALTURA; BRAÇO DIGITADOR COM REGULAGEM DE ALTURA; SISTEMA DE RODAS GIRATÓRIAS, TECIDO AERO, QUE ATENDA A NR 17; NORMAS DA ABNT; NBR 300, NBR14006, ISO 9001; GARANTIA DE 05 ANOS NO MÍNIMO, COR A SER DEFINIDA, A MONTAGEM SERÁ DA EMPRESA FORNECEDORA	UND	150	R\$ 446,38	R\$ 66.957,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

88	COTURNO OPERACIONAL, NA COR PRETA, CONFECCIONADO EM COURO LEGÍTIMO OU MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ACABAMENTO REFORÇADO E COSTURAS DUPLAS PARA MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA AO USO CONTÍNUO. POSSUI ZÍPER LATERAL INTERNO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM SISTEMA DE TRAVA E PROTEÇÃO SUPERIOR EM VELCRO OU ABA DE SEGURANÇA. CADARÇOS FRONTAIS RESISTENTES, PASSADORES METÁLICOS OU EM NYLON REFORÇADO, AJUSTE ANATÔMICO. DISPÕE DE SOLADO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COM DESENHO TÁTICO PARA MELHOR ADERÊNCIA EM DIFERENTES TIPOS DE SOLO, RESISTENTE À ABRASÃO E A ESCORREGAMENTOS, PALMILHA ANATÔMICA REMOVÍVEL, RESPIRÁVEL E COM TRATAMENTO ANTIBACTERIANO, FORRO INTERNO ACOLCHOADO QUE GARANTE CONFORTO TÉRMICO E PROTEÇÃO AO TORNOZELO.	UND	100	R\$ 337,38	R\$ 33.738,00
89	COLETE TÁTICO OPERACIONAL MODULAR, NA COR AZUL-MARINHO, CONFECCIONADO EM NYLON BALÍSTICO OU POLIÉSTER DE ALTA RESISTÊNCIA, COM COSTURAS REFORÇADAS, ACABAMENTO ROBUSTO E ALTA DURABILIDADE. POSSUI SISTEMA MODULAR COM PAINÉIS EM PADRÃO MOLLE, PERMITINDO A FIXAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DE ACESSÓRIOS CONFORME A NECESSIDADE DO SERVIÇO, AJUSTE LATERAL E NOS OMBROS, POR MEIO DE TIRAS COM VELCRO E/OU FECHOS REGULÁVEIS, FORRO INTERNO ACOLCHOADO E RESPIRÁVEL, FAVORECENDO A VENTILAÇÃO E O CONFORTO TÉRMICO EM LONGOS PERÍODOS DE USO, COMPARTIMENTOS E ACESSÓRIOS ACOPLADOS, TAIS COMO: • PORTA-ALGEMAS, COM FECHAMENTO EM VELCRO OU BOTÃO DE PRESSÃO, PORTA-CHAVES, COM ARGOLA OU MOSQUETÃO INTERNO REFORÇADO; • COLDRE TÁTICO, COMPATÍVEL COM ARMA DE PORTE INSTITUCIONAL, DOTADO DE SISTEMA DE RETENÇÃO E SAQUE RÁPIDO; • PORTA-CELULAR, AJUSTÁVEL, COM FECHAMENTO SEGURO; • PORTA-EPI'S, DESTINADO AO ACONDICIONAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, COMO LUVAS,	UND	100	R\$ 342,57	R\$ 34.257,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	MÁSCARA OU OUTROS ITENS OPERACIONAIS.O ÁREAS EM VELCRO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL, BRASÃO INSTITUCIONAL E TARJETA NOMINAL				
90	CINTO DE GUARNIÇÃO COMPLETO, NA COR AZUL-MARINHO E/OU PRETA, CONFECCIONADO EM NYLON BALÍSTICO, POLIÉSTER DE ALTA RESISTÊNCIA OU MATERIAL SIMILAR, COM ESTRUTURA RÍGIDA E REFORÇADA, POSSUI LARGURA APROXIMADA DE 5 CM, COM FECHO DE ENGATE RÁPIDO EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA OU FIVELA METÁLICA REFORÇADA, REGULAGEM DE TAMANHO POR MEIO DE VELCRO INTERNO OU SISTEMA DE AJUSTE DESLIZANTE, ACESSÓRIOS ADICIONAIS , • PORTA-CARREGADOR, PORTA- TONFA OU PORTA-BASTÃO RETRÁTIL; • PORTA- RÁDIO COMUNICADOR, COM ELÁSTICO OU FECHO REGULÁVEL; • PORTA-LANTERNA TÁTICA; • ARGOLA OU MOSQUETÃO PARA FIXAÇÃO DE CHAVES.	UND	100	R\$ 51,89	R\$ 5.189,00
91	PORTA-TONFA PARA TONFA DE 58 CM, CONFECCIONADO EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA, NYLON BALÍSTICO OU MATERIAL SINTÉTICO REFORÇADO, NA COR PRETA OU AZUL-MARINHO	UND	100	R\$ 49,83	R\$ 4.983,00
92	TONFA OSTENSIVA, CONFECCIONADA EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE, . POSSUI 58 CM DE COMPRIMENTO, ESTRUTURA INTEIRIÇA E REFORÇADA, RESISTENTE A IMPACTOS, TORÇÕES E CONDIÇÕES ADVERSAS DE USO CONTÍNUO.	UND	100	R\$ 56,06	R\$ 5.606,00
93	PATCH EMBORRACHADO E/OU BORDADO PARA COLETE TÁTICO, CONFECCIONADO EM PVC EMBORRACHADO DE ALTA RESISTÊNCIA OU TECIDO BORDADO COM LINHA DE ALTA DURABILIDADE, DESTINADO À IDENTIFICAÇÃO OPERACIONAL. APRESENTA A INSCRIÇÃO “PATRULHA MUNICIPAL” EM DESTAQUE, NA COR AMARELA, COM ALTO CONTRASTE SOBRE FUNDO AZUL-MARINHO OU PRETO (CONFORME PADRÃO INSTITUCIONAL), GARANTINDO EXCELENTE VISIBILIDADE E LEITURA À DISTÂNCIA. MEDINDO APROXIMADAMENTE 20 CM DE COMPRIMENTO POR 10 CM DE ALTURA, POSSUI	UND	100	R\$ 32,18	R\$ 3.218,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	ACABAMENTO REFORÇADO NAS BORDAS, COM COSTURA DE SEGURANÇA (NO MODELO BORDADO) OU RELEVO ESTRUTURADO (NO MODELO EMBORRACHADO), ASSEGURANDO MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA A INTEMPÉRIES, ABRASÃO E EXPOSIÇÃO SOLAR. CONTA COM SISTEMA DE FIXAÇÃO EM VELCRO (PARTE MACHO OU FÊMEA, CONFORME APLICAÇÃO), PERMITINDO FÁCIL REMOÇÃO E SUBSTITUIÇÃO NO COLETE TÁTICO OU EM OUTROS EQUIPAMENTOS COMPATÍVEIS. EQUIPAMENTO DESTINADO À IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL OSTENSIVA.				
94	BLUSA DE INVERNO EM TECIDO TERBRIM, AZUL-MARINHO CAMUFLADO. OBS.: ESTAMPA E/OU BORDADO A APLICAÇÃO DA BANDEIRA DO BRASIL (5 x 3 CM) NO BRAÇO DIREITO; BANDEIRA DO PARANÁ (5 x 3 CM) NO BRAÇO ESQUERDO; BRASÃO DA GUARDA (8 x 8 CM) APLICADO NA PARTE FRONTAL ESQUERDA; ESTAMPA NAS COSTAS COM A INSCRIÇÃO "GUARDA" (14 x 24 CM), NA COR AMARELA;	UND	100	R\$ 103,81	R\$ 10.381,00
95	LANTERNA TÁTICA OPERACIONAL CARACTERÍSTICAS: - MODELO DO LED: LED XML T9;- RESISTENTE A ÁGUA ALIMENTAÇÃO: 1 X BATERIA- DIMENSÕES APROXIMADAS : 5,2CM X 18,2CM X 7,5CM;- PESO: 260G AUTONOMIA DE DURAÇÃO DA BATERIA DE ATÉ 4 HORAS.	UND	80	R\$ 89,28	R\$ 7.142,40
96	CAMISAS GOLA POLO NAS CORES AZUL OU MARROM PARA LAVADORES NA RAMPA DE LAVAGEM, MANGA LONGA,, NOS TAMANHOS, P, M, G & GG.	UND	20	R\$ 39,00	R\$ 780,00
97	CADEIRA DE ESCRITÓRIO PRESIDENTE ERGONÔMICA A CADEIRA DEVERÁ POSSUIR BASE GIRATÓRIA COM 05 (CINCO) APOIOS, EM MATERIAL METÁLICO OU EQUIVALENTE DE ALTA RESISTÊNCIA, COM RODÍZIOS DUPLOS ADEQUADOS PARA PISOS DE ESCRITÓRIO E GIRO DE 360°, SUPORTANDO CARGA MÍNIMA DE 200 KG. O ASSENTO DEVERÁ SER ANATÔMICO, REGULAGEM DE ALTURA POR PISTÃO A GÁS CLASSE 4 E REVESTIMENTO EM MALHA (MESH) RESPIRÁVEL RESISTENTE AO DESGASTE. O ENCOSTO DEVERÁ SER DO TIPO ESPALDAR ALTO, COM ESTRUTURA ERGONÔMICA, REVESTIDO EM MATERIAL RESPIRÁVEL, CONTENDO APOIO LOMBAR	UND	30	R\$ 1.314,93	R\$ 39.447,90



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	AJUSTÁVEL E ADAPTADO À CURVATURA DA COLUNA. DEVERÁ POSSUIR APOIO DE CABEÇA COM REGULAGEM TRIDIMENSIONAL (ALTURA, PROFUNDIDADE E INCLINAÇÃO) E APOIOS DE BRAÇO COM AJUSTES MULTIDIRECIONAIS, INCLUINDO ALTURA E POSICIONAMENTO. O MECANISMO DEVERÁ PERMITIR INCLINAÇÃO DO ENCOSTO COM TRAVAMENTO EM MÚLTIPLAS POSIÇÕES E AJUSTE DE TENSÃO CONFORME O PESO DO USUÁRIO DEVERÁ ATENDER AOS REQUISITOS DA NR-17, BEM COMO À ABNT NBR 13962. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, COM GARANTIA MINIMA DE 2 ANOS.				
98	CAIXA PLÁSTICA PARA ACONDICIONAMENTO DE MATERIAIS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 0,60 CM. DE COMPRIMENTO, 0,40 CM. DE LARGURA, 0,25 CM. DE ALTURA, COM LATERAIS VASADAS E ENCAIXE INTERNO NA PARTE INFERIOR E EXTERNA NA PARTE SUPERIOR, EM CORES DIVERSAS	UNID.	100	R\$ 36,28	R\$ 3.628,00
99	REPELENTE INSETO SPRAY, BISNAGAS COM 120 ML, DURA ATÉ QUATRO HORAS DE PROTEÇÃO	UNID.	2000	R\$ 26,59	R\$ 53.180,00
100	SUPORE PARA NOTEBOOK, LAPTOP STAND, BASE REGULÁVEL, EM ALUMÍNIO.	UNID.	50	R\$ 57,96	R\$ 2.898,00
101	SAPATO EM EVA, ANTI DERRAPANTE, NAS CORES: AZUL, BRANCO, PRETO OU VERDE, COM NUMERAÇÃO DE 33 AO 45, COM CA	PAR	600	R\$ 58,99	R\$ 35.394,00
102	LANTERNA FAROL DE CABEÇA – EQUIPAMENTO MÃOS LIVRES ESSENCIAL PARA ATIVIDADES NOTURNAS, COMO CAMPING, TRABALHOS TÉCNICOS COM FAIXAS ELÁSTICAS; EQUIPADA COM LED POTENTE >_ 300 LUMENS MODO DE FOCO SPOT E LUZ AMPLA, RECARREGÁVEL VIA USB, RESISTENTE A ÁGUA E COM SENSORES DE MOVIMENTOS.	UNID.	20	R\$ 58,51	R\$ 1.170,20
103	LUVA DE PLÁSTICA SILICONADA PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, 80 CM (CAIXA COM 100 UNIDADES). COM CA	CX	50	R\$ 83,67	R\$ 4.183,50
104	MACACÃO EM BRIM PARA SERVIÇOS GERAIS MANGA LONGA. NA COR AZUL/ MARROM TAMANHO "M, G, & GG PARA SERVIÇOS GERAIS	UND	20	R\$ 165,03	R\$ 3.300,60



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

105	CALÇA TÁTICA COMPOSTA POR TECIDO RIPSTOP HIDRO-REPELENTE E RESISTENTE COM PROTEÇÃO UV50+. SEU TECIDO, CONFECCIONADO COM FIOS DISPOSTOS DE MANEIRA QUADRICULADA, IMPEDE QUE ELE SEJA DESFIADO QUANDO RASGADO FEITO DE UM POLÍMERO QUE É ESTICADO AO MÁXIMO ATÉ SE TORNAR DURO, SENDO ASSIM, OS RASGÕES QUE OCORREM NÃO SE ALASTRAM. REFORÇADA NOS JOELHOS E NA REGIÃO ENTRE AS PERNAS POSSUI: 6 BOLSOS, SENDO: 2 FRONTAIS, 2 LATERAIS E 2 TRASEIROS; PASSADOR REFORÇADO; COSTURA DUPLA; CINTURA MÉDIA; HIDRO REPELENTE; SECAGEM MÉDIA; ABSORVE MENOS CALOR.	UND	100	R\$ 234,67	R\$ 23.467,00
106	COMBAT SHIRT MANGA LONGA. ESTAMPA E/OU BORDADO A APLICAÇÃO DA BANDEIRA DO BRASIL (5 × 3 CM) NO BRAÇO DIREITO; BANDEIRA DO PARANÁ (5 × 3 CM) NO BRAÇO ESQUERDO; BRASÃO DA GUARDA (8 × 8 CM) APLICADO NA PARTE FRONTAL ESQUERDA; ESTAMPA NAS COSTAS COM A INSCRIÇÃO “GUARDA” (14 × 24 CM), NA COR AMARELA;POSSUI: COMPOSIÇÃO: 70% POLIÉSTER E 30% ALGODÃO; TECNOLOGIA RIP STOP ; TECNOLOGIA MICRO DRY QUE PERMITE A ABSORÇÃO E EVAPORAÇÃO RÁPIDA DO SUOR EM ÁREAS ESTRATÉGICAS (PEITORAL, COSTAS E AXILAS); ZÍPER YKK EMBUTIDO NA GOLA ; REGULADOR DE PUNHO; PROTEÇÃO UV 50+ ; 2 BOLSOS COM ACABAMENTO EM VELCRO PARA FIXAÇÃO DE PATCHS.	UND	140	R\$ 203,33	R\$ 28.466,20
107	A COMBAT SHORT MANGA CURTA EM TECIDO RIP STOP NAS MANGAS E OMBROS E NO TRONCO É FEITA DE UM TECIDO LEVE E FLEXÍVEL DE ALTA VENTILAÇÃO, OBS.: ESTAMPA E/OU BORDADO A APLICAÇÃO DA BANDEIRA DO BRASIL (5 × 3 CM) NO BRAÇO DIREITO; BANDEIRA DO PARANÁ (5 × 3 CM) NO BRAÇO ESQUERDO; BRASÃO DA GUARDA (8 × 8 CM) APLICADO NA PARTE FRONTAL ESQUERDA; ESTAMPA NAS COSTAS COM A INSCRIÇÃO “GUARDA” (14 × 24 CM). EM CADA MANGA HÁ UM BOLSO COM FECHAMENTO DE ZÍPER, ALÉM DE PAINÉIS DE TIRAS AUTOCOLANTES PARA FIXAR IDENTIFICAÇÕES.	UND	140	R\$ 185,33	R\$ 25.946,20



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

108	BOINA, NA COR AZUL-MARINHO, CONFECCIONADA EM LÃ, FELTRO OU MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA QUALIDADE, COM ACABAMENTO RESISTENTE E MODELAGEM ANATÔMICA, DESTINADA AO USO INSTITUCIONAL E OPERACIONAL. POSSUI FORRO INTERNO EM TECIDO CONFORTÁVEL E RESPIRÁVEL, PROPORCIONANDO MELHOR AJUSTE E CONFORTO TÉRMICO, ALÉM DE FAIXA INTERNA EM COURO SINTÉTICO OU MATERIAL SIMILAR, GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE E ADAPTAÇÃO À CIRCUNFERÊNCIA DA CABEÇA. APRESENTA APLICAÇÃO FRONTAL DO BRASÃO DA GUARDA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 3 × 3 CM, FIXADO POR MEIO DE BORDADO DE ALTA DEFINIÇÃO OU PEÇA METÁLICA/POLICROMADA, CONFORME PADRÃO INSTITUCIONAL, DEVIDAMENTE CENTRALIZADO E ALINHADO. ACABAMENTO REFORÇADO NAS BORDAS, COM ESTRUTURA QUE PERMITE MODELAGEM ADEQUADA AO PADRÃO DE USO DA CORPORAÇÃO, COMPODO O UNIFORME OFICIAL COM APRESENTAÇÃO FORMAL, PADRONIZAÇÃO E IDENTIDADE INSTITUCIONAL.	UND	100	R\$ 160,77	R\$ 16.077,00
109	GANDOLA TÁTICA ESTAMPA E/OU BORDADO O BRASÃO DA GUARDA (8 × 8 CM) APLICADO NA PARTE FRONTAL ESQUERDA; ESTAMPA NAS COSTAS COM A INSCRIÇÃO "GUARDA" (14 × 24 CM), NA COR AMARELA; FORTE, RESISTENTE A DESBOTAMENTO, MANCHAS E SUJEIRA. PROTEÇÃO ADICIONA NOS OMBROS E COTOVELOS, ATRAVÉS DE PATCHES RESISTENTES POSSUI CARACTERÍSTICAS ANTIMICROBIAL E PROTEÇÃO UV50+, COMPOSIÇÃO: 30% ALGODÃO 70% POLIÉSTER • FECHAMENTO EM BOTÃO DE MASSA • 2 BOLSOS FRONTAIS SUPERIORES 15 X 13CM (ALTURA X LARGURA) • 2 BOLSOS FRONTAIS INFERIORES 20 X 17CM (ALTURA X LARGURA) • CANETEIRO NO BOLSO SUPERIOR ESQUERDO 3CM • CORDÃO DE AJUSTE NA CINTURA • PUNHO COM FECHAMENTO EM VELCRO • PASSADEIRA NOS OMBROS • ANTIMICROBIAL • PROTEÇÃO UV50+ • RIP STOP	UND	100	R\$ 293,67	R\$ 29.367,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

110	BLUSA DE INVERNO EM TECIDO TERBRIM, AZUL-MARINHO CAMUFLADO. OBS.: ESTAMPA E/OU BORDADO A APLICAÇÃO DA BANDEIRA DO BRASIL (5 x 3 CM) NO BRAÇO DIREITO; BANDEIRA DO PARANÁ (5 x 3 CM) NO BRAÇO ESQUERDO; BRASÃO DA GUARDA (8 x 8 CM) APLICADO NA PARTE FRONTAL ESQUERDA; ESTAMPA NAS COSTAS COM A INSCRIÇÃO "GUARDA" (14 x 24 CM), NA COR AMARELA;	UND	100	R\$ 204,00	R\$ 20.400,00
111	BASTÃO RETRÁTIL DE DEFESA PESSOAL, CONFECCIONADO EM AÇO TITÂNIO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM 65 CM DE COMPRIMENTO QUANDO TOTALMENTE ESTENDIDO, COMPOSTO POR SEGMENTOS TELESCÓPICOS QUE PROPORCIONAM ABERTURA POR SISTEMA DE INÉRCIA (MOVIMENTO DE IMPULSO) E TRAVAMENTO AUTOMÁTICO FIRME	UND	60	R\$ 109,52	R\$ 6.571,20
112	CASSETETE/BASTÃO ANTITUMULTO, COM 90 CM DE COMPRIMENTO, CONFECCIONADO EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA, BORRACHA REFORÇADA OU MATERIAL SINTÉTICO DE ELEVADA DURABILIDADE, DESTINADO AO USO OPERACIONAL EM AÇÕES DE CONTROLE E MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA.	UND	60	R\$ 79,50	R\$ 4.770,00
113	RÁDIO COMUNICADOR PORTÁTIL, COM ALCANCE DE ATÉ 20 KM EM ÁREA ABERTA (PODENDO VARIAR CONFORME RELEVO, EDIFICAÇÕES, CONDIÇÕES CLIMÁTICAS E INTERFERÊNCIAS), DESTINADO AO USO OPERACIONAL E COMUNICAÇÃO EM CAMPO. EQUIPAMENTO COM TECNOLOGIA VHF E/OU UHF, DOTADO DE MÚLTIPLOS CANAIS PROGRAMÁVEIS, POSSIBILITANDO COMUNICAÇÃO CLARA, ESTÁVEL E SEGURA ENTRE AS EQUIPES. PODE DISPOR DE FUNÇÃO VOX (ACIONAMENTO POR VOZ), SISTEMA DE REDUÇÃO DE RUÍDOS, VARREDURA AUTOMÁTICA DE CANAIS (SCAN) E CÓDIGOS DE PRIVACIDADE CTCSS/DCS, MINIMIZANDO INTERFERÊNCIAS E GARANTINDO MAIOR ORGANIZAÇÃO NAS COMUNICAÇÕES. POSSUI CARÇA EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS LEVES, POEIRA E RESPINGOS D'ÁGUA (CONFORME CLASSIFICAÇÃO IP DO FABRICANTE), ADEQUADA AO USO OSTENSIVO E OPERACIONAL. CONTA COM ANTENA EXTERNA	UND	60	R\$ 413,14	R\$ 24.788,40



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

DE ALTO DESEMPENHO, FIXA OU REMOVÍVEL, PROPORCIONANDO MELHOR ALCANCE E QUALIDADE DE SINAL. DISPÕE DE BATERIA RECARREGÁVEL DE ÍONS DE LÍTIO, COM AUTONOMIA PROLONGADA, ACOMPANHADA DE CARREGADOR INDIVIDUAL OU BASE DE CARREGAMENTO MÚLTIPLA. APRESENTA CLIP TRASEIRO PARA FIXAÇÃO EM CINTO OU COLETE TÁTICO, ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO/MICROFONE EXTERNO COM SISTEMA PTT (PUSH-TO-TALK), ALTO-FALANTE FRONTAL DE BOA POTÊNCIA E BOTÃO LATERAL DE TRANSMISSÃO DE FÁCIL ACESSO.				
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO				R\$ 1.135.683,10

Valor total da licitação é **R\$1.144.463,10 (um milhão, cento e quarenta e quatro mil e quatrocentos e sessenta e três reais e dez centavos)**.

A opção pela modalidade Pregão justifica-se pela possibilidade de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo a observância dos princípios da economicidade, eficiência e ampla competitividade, conforme preconizado pela legislação vigente.

A demanda foi analisada e constatou-se a viabilidade do parcelamento por itens para os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Assim, a presente contratação será efetivada de forma parcelada, visando à economia de escala e permitindo a aquisição de materiais de acordo com as necessidades específicas das Secretarias do Município.

Em observância ao disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, o Lote 1 será exclusiva para empresas enquadradas como Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), tendo em vista o valor estimado da contratação, garantindo, assim, o incentivo à participação de pequenos empreendedores e o fortalecimento da economia local.

Essa configuração assegura a competitividade, a eficiência no processo licitatório e o cumprimento dos objetivos legais de fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitado o limite máximo de até 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 e 108 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada, a cada prorrogação, a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições iniciais do contrato. A prorrogação poderá incluir a renovação dos quantitativos, conforme previsto no instrumento contratual.

Fica expressamente vedada a subcontratação do objeto.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a proteção durante a execução dos serviços, promovendo um ambiente de trabalho seguro e eficiente e atendendo as demandas das Secretarias solicitantes. A contratação está em conformidade com as normas vigentes de segurança do trabalho, que exigem uso obrigatório de EPIs em determinados setores da administração pública.

Fundamentação: A fundamentação da contratação encontra-se no inciso XIII, artigo 6º da Lei 14.133/2021, por possuir padrão de desempenho e características gerais e específicas encontradas no mercado.

Necessidade: A contratação visa contratação de empresa especializada no fornecimento de EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs). Essa medida é fundamental para assegurar a integridade física dos servidores e prestadores de serviços que desempenham atividades essenciais para a administração municipal.

Além disso, o fornecimento dos equipamentos visa minimizar ou prevenir risco à saúde, evitando doenças ocupacionais de curto ou longo prazo. Dessa forma, a presente aquisição de EPIs é indispensável para atender às exigências legais e assegurar a efetivação das atividades com segurança e qualidade.

Ressalta-se ainda que o Pregão nº 07/2025 encontra-se vencido.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a realização de nova contratação, visando assegurar o fornecimento contínuo dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), garantindo a manutenção das atividades administrativas e a adequada prestação dos serviços públicos.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

A presente contratação encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, estando em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Para atender à demanda, a solução escolhida para contratação de empresa especializa no fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPIs), conforme as quantidades de itens especificadas no item 7.1. do Estudo Técnico Preliminar. A contratação será realizada em estrita conformidade com os preceitos legais e regulamentares aplicáveis, garantindo transparência e eficiência no processo.

Para assegurar a competitividade dos preços, foram realizadas pesquisas em sites oficiais, Banco de Preço, BLL e Internet. Complementarmente, foram conduzidas pesquisas na internet e obtidos orçamentos de empresas locais especializadas no setor, permitindo uma estimativa precisa dos custos e melhores condições para contratações.

Considerando os materiais a serem adquirido e a legislação vigente, verifica-se que a modalidade de licitação mais adequada será o pregão, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme previsto na legislação e alinhado às práticas adotadas pela Secretaria Municipal de Administração em contratações anteriores, visando a otimização dos recursos públicos e a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração.

A solução consiste na contratação de empresa(s) para o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPIs), de forma parcelada, conforme a demanda das Secretarias e Departamentos da Administração Pública Municipal de Cafelândia/PR.

A aquisição será realizada por meio de pregão eletrônico, com julgamento pelo critério de menor preço por item, em razão da natureza divisível do objeto, possibilitando maior competitividade e economicidade.

O fornecimento abrangerá Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) de uso contínuo, devendo os produtos atender às especificações técnicas estabelecidas, garantindo qualidade, durabilidade e padronização.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

A entrega será realizada conforme solicitação da Administração, permitindo melhor controle de estoque, evitando desperdícios e assegurando o abastecimento regular dos setores.

A solução adotada visa garantir a continuidade das atividades administrativas, com eficiência na gestão dos recursos públicos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

Além dos impactos ambientais descritos no item 16 do Estudo Técnico Preliminar eventualmente, devem ser observados os seguintes requisitos, conforme as diretrizes estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- I. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício;
- II. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento;
- III. Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo;
- IV. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas;
- V. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água;
- VI. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;
- VII. Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água;
- VIII. Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica,



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

- IX. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa;
- X. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00;
- XI. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico;
- XII. É proibido incinerar qualquer resíduo gerado. Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade;
- XIII. Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável;
- XIV. Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- XV. Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

5. Indicação de marcas ou modelos

Não se aplica

6. Garantia da Contratação

Não haverá exigência de garantia.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

7. Da exigência de amostra

Não há necessidade de apresentação de amostra.

7.1 Obrigação das partes

7.2 Da contratada

I. Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação

II. Designar, formalmente, representante, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento.

III. Acatar as recomendações da fiscalização do contratante, facilitando a ampla ação desta, inclusive com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitados.

IV. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários.

V. Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.3 Da contratante

I. Fiscalizar a execução dos serviços, verificando se estão sendo prestados de acordo com as especificações estabelecidas neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada.

II. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o serviço pactuado.

III. Comunicar, por escrito, a contratada qualquer falha na prestação dos serviços, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou proposta apresentada.

IV. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

7.4 Sanções

Serão utilizadas sanções do decreto municipal 156/2023 art. 6º.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 Condição e local de entrega

Para garantir a correta prestação do objeto será necessário o estrito cumprimento dos seguintes requisitos:

- I. Cumprimento da legislação aplicável.
- II. A empresa CONTRATADA deverá respeitar as normas de segurança vigentes.
- III. A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- IV. A entrega dos serviços obedecerá rigorosamente às condições deste Edital, Contrato e seus anexos.
- V. Prazo de entrega: Será de 30 (trinta) dias, contados do momento do recebimento da requisição de compras, confirmação por e-mail ou contato telefônico, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas.
- VI. Local de efetivação do serviço: O local prestação do serviço será definido pela secretaria no momento da requisição de compra. A empresa deverá ser capaz de cumprir os prazos estabelecidos e atender a todas as exigências contratuais, garantindo a continuidade e a eficácia dos serviços prestados.
 - a) As despesas provenientes serão suportadas pela empresa vencedora.
 - b) Cabe ao servidor responsável terminar todos os procedimentos e verificação de qualidade para posterior assinatura das guias de entrega.
 - c) Caso o receptor constatar a impossibilidade do uso, os produtos deverão ser devolvidos e repostos no prazo estipulado neste Termo.

8.2 Garantia, manutenção e assistência técnica

Não se aplica.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas e normas da Lei 14.133/2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A fiscalização do contrato seguirá o contido no decreto municipal 156/2023.

São indicados para a fiscalização:

Gestor: VILMA INÊS DEFINSKI - matrícula 71421, e/ou SORLI DOMIGOS PORTO e/ou ADAUTO COSTA JUNIOR – matrícula 80161.

Fiscal Titular: Alceu Lima Praxedes – Matrícula 79801 Fiscal Reserva: Isaías Rodrigues Cordeiro de Almeida – Matrícula 767321726

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO

a. Recebimento do objeto

O objeto será recebido provisoriamente, no ato da entrega, onde deverão ser conferidos na presença dos responsáveis de ambas as partes (Contratante e Contratada), com as quantidades descritas na(s) respectiva(s) Ordem(s) de Serviço.

O objeto será recebido definitivamente, após o transcurso do prazo de 10 dias, caso não haja contestação ou apontamento de não conformidade dos serviços às especificações constantes no processo.

O objeto poderá ser rejeitado, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído, a constar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

No caso de controvérsia sobre execução do objeto, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

b. Liquidação



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias corridos para fins de liquidação.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, como:

- I. Prazo de validade
- II. Data da emissão
- III. Dados do contrato e órgão contratante
- IV. Período respectivo da execução
- V. Valor a pagar
- VI. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus do contratante;

O pagamento efetuado pela Prefeitura de Cafelândia não isenta a contratada de suas obrigações e responsabilidades.

É vedada a contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

c. Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada retenção tributária prevista na legislação vigente.

O contrato regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei complementar Nº123/2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar.

11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

a. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

A vencedora será selecionada por meio de PROCESSO LICITATÓRIO, utilizando a modalidade PREGÃO na forma eletrônica, com a aplicação do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

b. Exigência de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos estabelecidos na minuta do Edital.

c. Estimativas do valor da contratação

A estimativa de preço para a contratação é de **R\$1.144.463,10 (um milhão, cento e quarenta e quatro mil e quatrocentos e sessenta e três reais e dez centavos)**, sendo o valor unitário apurado com base na média dos preços obtidos nas pesquisas realizadas.

A pesquisa de preços foi conduzida por meio de diversas fontes, incluindo o Banco de Preços, BLL, PNCP, Portal de Compras, sistema Menor Preço, consultas em sítios eletrônicos, contratações similares de outros municípios, Licitanet, Tribunal de Contas do Estado do Paraná, além de cotações diretas com fornecedores, entre outras fontes pertinentes.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes deste contrato serão suportadas por recursos dispostos na dotação orçamentária correspondente no ano de 2026, nas contas 0170- Atividades da Assessoria Jurídica; 0300-Manut. Da Junta do Serviço Militar; 0410- Gestão de Governo; 0550- Gestão Políticas de Comunicação



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Social; 0730- Administração Geral; 0910- Manut. Secret. de Planejamento; 1090- Manut. Coordenação contábil; 1380- Manut. Coord. Tributação e Fiscalização; 2010- Manutenção Da atenção básica; 2020- Manutenção da atenção básica; 4070- Manut. Ensino Fundamental; 4740- Manut. Da Educação Infantil; 5340- Manutenção das Atividades Culturais; 5560 Serv. Administ. E Suporte Físico; 6450- Gestão Políticas Viação e Obras; 7280- Manut. Da Coordenação de Agricultura, indicando que o município possui recursos financeiros reservado para esse fim específico. Ressaltando a capacidade da administração de arcar com os custos associados à contratação da empresa especializada, suprimindo assim as demandas das Secretarias.

Cafelândia-PR, 16 de abril de 2026.

VANESSA DA SILVA RODRIGUES

Departamento de Licitações e convênios

DAIANDRA DESTRI PASQUAL GALLO

Agente de Planejamento

JOÃO LAURO BOLONHA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Secretaria Municipal de Administração

Solicitação nº**007/2026**.

Secretária Municipal de Administração: **JOÃO LAURO BOLONHA**.

Prazo: **12 (doze) Meses**.

2. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade analisar a necessidade de contratação de empresa especializada para o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias e Departamentos da Administração Pública Municipal de Cafelândia/PR.

A aquisição desses materiais é essencial para garantir o pleno funcionamento das atividades administrativas, bem como os bens essenciais para a segurança dos servidores.

O presente estudo visa identificar a melhor solução para o atendimento da demanda, considerando aspectos de economicidade, eficiência, padronização e qualidade dos materiais a serem adquiridos, bem como a viabilidade técnica e administrativa da contratação.

A elaboração deste ETP está em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, buscando assegurar que a futura contratação atenda ao interesse público e às reais necessidades da Administração.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

A presente contratação decorre da necessidade contínua de garantir o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) visando a resguardar a integridade física dos servidores e prestadores de serviço que atuam em atividades fundamentais da administração municipal.

Os materiais são imprescindíveis para garantir a segurança durante a execução dos serviços, contribuindo para um ambiente de trabalho mais protegido e eficiente. A contratação está em conformidade com as normas vigentes de segurança do trabalho, que determinam a obrigatoriedade do uso de EPIs em diversos setores da administração pública.

Além disso, o fornecimento dos equipamentos tem como finalidade minimizar ou prevenir riscos à saúde, reduzindo a incidência de doenças ocupacionais de curto e longo prazo. Dessa forma, os EPIs torna-se indispensável para o cumprimento das exigências legais e para assegurar a execução das atividades com segurança e qualidade.

Destaca-se que a demanda por EPIs possui natureza contínua, rotineira e variável, considerando o volume de atividades desenvolvidas por cada Secretaria, o número de servidores e as especificidades de cada setor, o que exige planejamento adequado para garantir o abastecimento regular e evitar tanto a falta quanto o acúmulo desnecessário de estoque.

Atualmente, verifica-se a necessidade de reposição e manutenção de estoque desses equipamentos, visando assegurar a continuidade dos serviços públicos, bem como promover maior controle e padronização dos itens utilizados pela Administração.

Sob o aspecto da economicidade e eficiência, a contratação centralizada possibilita melhores condições de aquisição, padronização dos equipamentos, otimização dos recursos públicos e maior controle na distribuição e utilização dos EPIs.

Além disso, a contratação permitirá à Administração planejar o fornecimento de forma parcelada, de acordo com a demanda real de cada setor, evitando desperdícios e garantindo maior racionalização dos gastos públicos.

Por fim, a presente necessidade está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, estando em conformidade com as diretrizes



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, visando assegurar a continuidade e qualidade dos serviços prestados à população.

4. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), indispensáveis à preservação da saúde e integridade física dos servidores públicos municipais de Cafelândia/PR, em conformidade com as normas de segurança e medicina do trabalho vigentes.

Os EPIs são dispositivos de uso individual destinados à proteção contra riscos capazes de ameaçar a segurança e a saúde no ambiente de trabalho, conforme definido na Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6). Nos termos da referida norma, é obrigação do empregador fornecer gratuitamente aos trabalhadores os EPIs adequados ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, bem como garantir sua substituição imediata quando danificados ou extraviados.

Considerando que atualmente, não há licitação vigente para o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), sendo a última realizada por meio do Pregão nº 007/2025 e que diversas atividades desempenhadas no âmbito das Secretarias Municipais envolvem exposição a agentes físicos, químicos, biológicos e riscos mecânicos, faz-se imprescindível a disponibilização contínua de EPIs adequados de modo a mitigar riscos ocupacionais e prevenir acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Cumprе ressaltar que, no que se refere ao item 97 “cadeira de escritório presidente ergonômica”, a exigência de variação de garantia entre 2 (dois) e 5 (cinco) anos para cadeiras ergonômicas corporativas faz-se necessária, sobretudo em razão das diferenças entre fabricantes, linhas de produto, materiais empregados e políticas comerciais adotadas por cada empresa.

De modo geral, fabricantes que atuam no segmento corporativo disponibilizam garantias maiores para produtos desenvolvidos para uso intensivo e contínuo, em razão da maior robustez estrutural, qualidade dos componentes e realização de testes



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

de durabilidade. Nessas situações, garantias de até 05 (cinco) anos costumam abranger estrutura metálica, mecanismos, base giratória e demais componentes principais.

Por outro lado, alguns fabricantes ou modelos oferecem garantia de 02 (dois) anos, especialmente quando se trata de linhas intermediárias, produtos com componentes importados, condições específicas de uso ou cobertura limitada a determinados itens.

Ressalta-se que a existência de garantias distintas não compromete a competitividade do certame, desde que seja exigido prazo mínimo razoável e compatível com o objeto, assegurando proteção à Administração Pública contra vícios de fabricação e defeitos prematuros.

A ausência, insuficiência ou inadequação desses equipamentos pode acarretar sérios prejuízos à Administração Pública, incluindo aumento de acidentes laborais, afastamentos de servidores, redução da produtividade, além de possíveis responsabilizações administrativas, civis e trabalhistas, em desacordo com a legislação vigente.

A contratação justifica-se, ainda, pela necessidade de reposição periódica dos EPIs, considerando seu desgaste natural, prazos de validade e exigências técnicas de substituição, o que caracteriza demanda contínua e variável conforme as especificidades de cada setor da Administração.

A realização de procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021, possibilita à Administração Pública a seleção da proposta mais vantajosa, assegurando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e competitividade.

A adoção de contratação com fornecimento parcelado, proporciona maior controle na distribuição dos equipamentos, padronização dos itens adquiridos, otimização da gestão de estoque e racionalização dos recursos públicos, evitando desperdícios e garantindo o atendimento tempestivo das demandas.

Por fim, a presente contratação é medida indispensável para o cumprimento das obrigações legais relativas à segurança e saúde no trabalho, garantindo



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

condições adequadas para o exercício das atividades pelos servidores públicos e assegurando a continuidade e qualidade dos serviços prestados à população.

5. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL OU JUSTIFICATIVA PARA AUSÊNCIA DE PREVISÃO

A presente contratação não consta prevista no Plano de Contratações Anual do Município. Todavia, a sua realização encontra-se devidamente amparada nas dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, sob as rubricas nº**0170,0300,0410,0550,0730,0910,1090,1380,2010,2020,4070,4740,5340,5560,6450,7280 e 7530**, as quais asseguram a existência de recursos financeiros suficientes para a execução da despesa.

Ressalta-se que a necessidade da contratação decorre de demanda contínua e essencial ao funcionamento das atividades administrativas, sendo imprescindível para garantir a continuidade dos serviços públicos prestados pelas diversas Secretarias Municipais.

Ressalta-se que a necessidade da contratação decorre da necessidade contínua de garantir o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) visando a resguardar a integridade física dos servidores públicos prestados pelas diversas Secretarias Municipais.

6. REQUISITO PARA CONTRATAÇÃO

Requisitos para a contratação de empresa especializada no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), incluem:

- I. Prazo de entrega:** Será de 30 (trintas) dias corridos, contados do momento do recebimento da requisição de compras, confirmação por e-mail ou contato telefônico, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas.
- II. Local de efetivação do serviço:** O local prestação do serviço será definido pela secretaria no momento da requisição de compra. A empresa deverá ser capaz de cumprir os prazos estabelecidos e atender



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

a todas as exigências contratuais, garantindo a continuidade e a eficácia dos serviços prestados.

III. Prorrogação: Autoriza contratos de fornecimento contínuo com prorrogação por iguais períodos, desde que devidamente justificado e vantajoso para a administração.

IV. Quantidade mínima: Não será limitada quantidade mínima de serviços por requisição, ficando o fornecedor obrigado a efetuar a entrega ou prestação do serviço no prazo estabelecido.

V. Regularidade fiscal e trabalhista: O fornecedor deve estar regularizado perante os órgãos fiscais e trabalhistas, com certidões negativas de débitos tributários, previdenciários e trabalhistas.

6.1. A prestação de serviço será de forma parcelada (sem ônus a demandante), pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do Contrato.

6.2. O detentor do Contrato deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

6.3. O detentor do Contrato deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

As quantidades foram estabelecidas com base nas necessidades das Secretarias pelo período de 12 meses.

Portanto com base na estimativa realizada pela secretaria, o valor a ser licitado para a contratação reflete de forma precisa a real necessidade das Secretarias.

7.1. ITENS A SEREM LICITADOS

ITEM	Descrição	QTD	UND	MÉDIA	TOTAL
------	-----------	-----	-----	-------	-------



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

1	AVENTAL DE SEGURANÇA, CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO REVESTIDO DE PVC EM UMA DAS FACES, COM TRÊS TIRAS DO MESMO MATERIAL, SOLDADAS ELETRONICAMENTE, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, CA.	UND	300	R\$ 7,26	R\$ 2.178,00
2	AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM RASPA COM TRÊS TIRAS DO MESMO MATERIAL, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, COM CA	UND	200	R\$ 33,01	R\$ 6.602,00
3	APOIO PARA PÉS EM MDF, SUPERFÍCIE ANTIDERRAPANTE, ESTRUTURAS METÁLICAS. COR PRETO; MATERIAL: MADEIRA EM MDF E MADEIRA RESISTENTE, PARTE PLANA EM MADEIRA, PÉS EM MATERIAL RESISTENTE. DIMENSÕES: 45,5 X 30,5, PESO BRUTO EMBALADOS: 1,46 KG.	UND	100	R\$ 43,60	R\$ 4.360,00
4	APOIO PARA OS PUNHOS/TECLADO, EM GEL. PROPORCIONA ERGONOMIA E CONFORTO. O APOIO DE PULSO EM GEL POSSUI SUPERFÍCIE COM FUROS PARA MASSAGEM E ALTURA IDEAL PARA EVITAR LESÕES NOS PULSOS, ALÉM DE REDUZIR LESÕES NAS MÃOS; CONTA COM BASE ANTIADERENTE.	UND	200	R\$ 30,10	R\$ 6.020,00
5	MOUSE PAD COM APOIO EM GEL.	UND	100	R\$ 14,33	R\$ 1.433,00
6	VESTIMENTAS/ CAPA IMPERMEÁVEL EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, NAS CORES BRANCO, VERDE, AZUL, ROSA, VERMELHAS, ETC, DESCARTÁVEIS, TIPO CONJUNTO CALÇA/CAMISA/ BLUSA COM ELÁSTICO NOS PUNHOS NOS TAMANHOS: P; M, G; GG & EXG	UNID.	2000	R\$ 9,86	R\$ 19.720,00
7	CAVALETE DE ALERTA DE PISO MOLHADO/ESCORREGADIO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE (PVC).	UNID.	100	R\$ 29,93	R\$ 2.993,00
8	MASCARA RESPIRATÓRIA PFF ¹ PARA POEIRAS E NÉVOAS, DOBRÁVEL, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UNID.	1000	R\$ 0,89	R\$ 890,00
9	MASCARA RESPIRATÓRIA PFF ² MASCARA DESCARTÁVEL, TIPO SEMIFACIAL FILTRANTE, MODELO DOBRÁVEL, CLASSE PFF ² , COM SOLDA ELETRÔNICA EM TODO PERÍMETRO, CONFECCIONADA COM MANTA SINTÉTICA COM TRATAMENTO ELETROSTÁTICO, PARA PARTÍCULAS P2, DOTADA DE VÁLVULA DE EXALAÇÃO, PARA MAIOR CONFORTO E COM ELÁSTICOS PARA FIXAÇÃO E AJUSTE À CABEÇA DO USUÁRIO. PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS DO USUÁRIO CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS METÁLICOS, COM CA.	UNID.	1000	R\$ 1,12	R\$ 1.120,00
10	MASCARA RESPIRATÓRIA PFF ³ PARA POEIRAS E NÉVOAS, DOBRÁVEL, COM FILTRO DE CARVÃO ATIVADO, E VÁLVULA RESPIRATÓRIA, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UNID.	1000	R\$ 1,56	R\$ 1.560,00
11	RESPIRADOR SEMIFACIAL, QUATRO PONTOS DE FIXAÇÃO COM TIRANTES EM ELÁSTICO, COM DUAS VÁLVULAS DE INALAÇÃO E UMA DE EXALAÇÃO, INCLUINDO PAR DE FILTROS VO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UNID.	200	R\$ 35,30	R\$ 7.060,00
12	RESPIRADOR/MÁSCARA REUTILIZÁVEIS TAMANHO "M E G", PURIFICADOR DE AR SEMIFACIAL, MULTIGASES DUPLA FILTRAGEM, EM BORRACHA TERMOPLÁSTICA COR PRETA, VÁLVULAS DE INALAÇÃO COM JUNTA DE VEDAÇÃO PARA FILTROS QUÍMICOS OU SUPORTE PARA ENCAIXE DE FILTRO MECÂNICO. C/QUATRO HASTES E DOIS TIRANTES ELÁSTICOS FIXADOS ATRAVÉS DE PRESILHAS DE AJUSTE E DOTADOS DE SUPORTE PARA A CABEÇA. C/ C A	UNID.	200	R\$ 35,81	R\$ 7.162,00
13	ÓCULOS DE PROTEÇÃO EM POLIPROPILENO, SIMILAR AO MODELO LEOPARDO, INCOLOR, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UNID.	600	R\$ 2,68	R\$ 1.608,00
14	ÓCULOS DE PROTEÇÃO EM POLIPROPILENO, SIMILAR AO MODELO LEOPARDO, FUMÊ, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA	UNID.	600	R\$ 2,63	R\$ 1.578,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

15	CHAPÉU MASCULINO DE JUTA AUSTRALIANA NATURAL C/FORRO NA ABA; BANDA EM BRIM BORDADO COM 1 LOGOMARCA A CRITÉRIO DA SECRETARIA. TAMANHO P, M, G & GG	UNID.	200	R\$ 51,91	R\$ 10.382,00
16	CHAPÉU FEMININO DE JUTA AUSTRALIANA NATURAL C/FORRO NA ABA E LAÇO; BANDA EM BRIM BORDADO COM 1 LOGOMARCA A CRITÉRIO DAS SECRETARIAS TAMANHO P/M/G	UNID.	200	R\$ 65,40	R\$ 13.080,00
17	TOUCA/ CHAPÉU ÁRABE C/ABA EM HELANCA COM FECHAMENTO EM VELCRO. C/C NA COR AZUL, COM CA	UNID.	800	R\$ 7,67	R\$ 6.136,00
18	COLETE REFLETIVO TIPO X	UNID.	200	R\$ 10,69	R\$ 2.138,00
19	COLETE REFLETIVO TIPO REGATA, FECHO EM VELCRO NA FRENTE	UNID.	200	R\$ 12,25	R\$ 2.450,00
20	CAPACETE PARA ELETRICISTA PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA OU PARTE CONTRA IMPACTOS DE OBJETOS, CHOQUES ELÉTRICOS, QUEIMADURAS, AÇÃO DE CHUVAS E RAIOS SOLARES. COM GARGANTILHA; COM CA. CORES Á ESCOLHER	UNID.	20	R\$ 24,91	R\$ 498,20
21	CAPACETE DE SEGURANÇA, TIPO ABA FRONTAL, COM CARNEIRA INJETADA EM PLÁSTICO, COM PEÇA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA DE POLIÉSTER. COM GARGANTILHA, COM CA. CORES Á ESCOLHER	UID.	20	R\$ 11,30	R\$ 226,00
22	CAPACETE DE SEGURANÇA, TIPO ABA FRONTAL, COM CARNEIRA INJETADA EM PLÁSTICO, COM PEÇA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA DE POLIÉSTER, COM GARGANTILHA ABAFADOR ACOPLADO, COM CA. CORES Á ESCOLHER		20	R\$ 11,30	R\$ 226,00
23	CAPACETE DE SEGURANÇA, TIPO ABA FRONTAL, COM CARNEIRA INJETADA EM PLÁSTICO, COM PEÇA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA DE POLIÉSTER, COM GARGANTILHA ABAFADOR ACOPLADO, COM CA. CORES Á ESCOLHER	UNID.	50	R\$ 61,25	R\$ 3.062,50
24	CINTURÃO DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA EM POLIÉSTER, ESTILO ABDOMINAL COM 02 ANCORAGENS LATERAIS EM AÇO, ENCAIXE PARA FERRAMENTAS. E TALABARTE EM FITA DE POLIÉSTER COM GANCHOS DE SEGURANÇA. COM CA.	UNID.	10	R\$ 176,48	R\$ 1.764,80
25	MACACÃO PARA PULVERIZAÇÃO COM HERBICIDAS, AGROTÓXICOS EM POLIAMIDA COM CAPUZ FECHAMENTO POR ZÍPER COM ELÁSTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS.	UND	200	R\$ 64,36	R\$ 12.872,00
26	MACACÃO DE SEGURANÇA COM CAPUZ CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO DE POLIPROPILENO COM CAMADA DE FILME DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE; FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE ZÍPER / E OU VELCRO E PALA PROTETORA, ELÁSTICO NO CAPUZ, MANGAS E TORNOZELOS, COSTURAS REFORÇADAS. TAMANHO M, G, & GGC/ CA.	UND	200	R\$ 14,27	R\$ 2.854,00
27	PERNEIRA DE RASPA, COM COBERTURA NO METATARSO E COM FECHAMENTO EM VELCRO, FIO-DE-AÇO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	PAR	200	R\$ 22,37	R\$ 4.474,00
28	PERNEIRA EM COURO SINTÉTICO, COM CINCO TALAS DE PROTEÇÃO, COM CA - (NEXUS CA 19667)	PAR	100	R\$ 28,03	R\$ 2.803,00
29	PROTETOR AUDITIVO, TIPO CONCHA, COM HASTE E SUPORTE DO ABAFADOR CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO POR PROCESSO DE INJEÇÃO, CONCHAS CONFECCIONADAS EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE PELO PROCESSO DE INJEÇÃO, ALMOFADA EXTERNA FABRICADA EM ESPUMA DE NÁILON REVESTIDA COM CAPA POR COLAGEM E ALTA TEMPERATURA E FILTROS INTERNOS CONFECCIONADOS EM ESPUMA DE FORMATO OVAL, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UND	100	R\$ 12,71	R\$ 1.271,00
30	PROTETOR AUDITIVO DE INSERÇÃO EM SILICONE COM CORDÃO EM FIO DE SEDA. COM CA	UND	1000	R\$ 1,11	R\$ 1.110,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

31	PROTETOR AUDITIVO DE INSERÇÃO EM ESPUMA MOLDÁVEL. COM C A	UND	1000	R\$ 1,25	R\$ 1.250,00
32	SOMBRINHAS PARA PROTEÇÃO DO SOL (ACS)	UND	50	R\$ 35,29	R\$ 1.764,50
33	SUPORTE FIXO PARA MONITOR, EM MDF 25 MM NA COR CINZA CRISTAL, ACABAMENTO COM FITA DE BORDA PVC., EVITA LESÕES COM MELHOR POSTURA, IDEAL PARA QUALQUER TIPO DE MONITOR, LCD OU CONVENCIONAL; ALTAMENTE RESISTENTE, AJUSTE DE ALTURA ATE 17 CM; 4 NÍVEIS PARA REAJUSTE DE ALTURA; SUPORTA MAIS DE 40 KL. MELHOR POSTURA E MENOS LESÕES CORPORAIS. ALTURA MÁXIMA 17 CM, ALTURA MÍNIMA 4,05 CM; PÉS DESMONTÁVEIS, ACABAMENTO BLECK PIANO; DIMENSÕES 27 CM X 33,05 CM X 6,8 CM.	UND	50	R\$ 62,29	R\$ 3.114,50
34	TALABARTE EM Y EM POLIÉSTER, 2 GANCHOS DUPLA TRAVA EM AÇO COM ABERTURA DE 55MM, 1 MOSQUETÃO DUPLA TRAVA EM AÇO COM ABERTURA DE 18MM, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UND	10	R\$ 166,10	R\$ 1.661,00
35	TRAVA-QUEDA EM AÇO UTILIZADO PARA CABO DE AÇO DE 8 MM, DUPLO TRAVAMENTO, MOLA DE POSICIONAMENTO, MOSQUETÃO EM AÇO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA 14958.	UND	30	R\$ 155,72	R\$ 4.671,60
36	CAPA DE CHUVA CONFECCIONADA EM TECIDO SINTÉTICO REVESTIDO DE PVC, COM MANGAS, CAPUZ CONJUGADO, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES DE PRESSÃO E COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, COR AMARELA, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. CA	und	500	R\$ 15,36	R\$ 7.680,00
37	CALÇA IMPERMEÁVEL CONFECCIONADA EM TECIDO SINTÉTICO REVESTIDO DE PVC, COM CORDÃO NO CÔZ PARA AMARRAR, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES DE PRESSÃO E COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, COR AMARELA, TAMANHO P, M, G & GG.COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. CA	UNID.	500	R\$ 16,29	R\$ 8.145,00
38	BOTA DE PVC FORRADA CANO CURTO, (BUTINA) COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 33 Á 43 NA COR PRETA	PAR	100	R\$ 32,49	R\$ 3.249,00
39	BOTA DE PVC FORRADA CANO MÉDIO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 33 Á 43 NA COR PRETA	PAR	100	R\$ 33,74	R\$ 3.374,00
40	BOTA DE PVC FORRADA CANO LONGO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. Nº 33 Á 43 NA COR PRETA	PAR	100	R\$ 35,30	R\$ 3.530,00
41	BOTA DE PVC FORRADA CANO EXTRALONGO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. Nº 37 Á 43 NA COR PRETA COM AMARRAS NA BORDA DO CANO.	PAR	100	R\$ 53,66	R\$ 5.366,00
42	BOTA DE PVC FORRADA CANO CURTO, (BUTINA) COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 33 Á 43 NA COR BRANCA	PAR	100	R\$ 33,52	R\$ 3.352,00
43	BOTA DE PVC FORRADA CANO MÉDIO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 33 Á 43 NA COR BRANCA	PAR	100	R\$ 36,02	R\$ 3.602,00
44	BOTA DE PVC FORRADA CANO LONGO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. Nº 33 Á 43 NA COR BRANCA	PAR	100	R\$ 38,93	R\$ 3.893,00
45	BUTINAS DE SEGURANÇA, EM COURO, NA COR PRETA COM SOLADO EM BORRACHA. (TIPO PNEU), MODELO ELÁSTICO/ ZÍPER COM PALMILHA. COM CA. Nº 36 Á 45	PAR	200	R\$ 57,10	R\$ 11.420,00
46	BUTINA DE SEGURANÇA, EM COURO, NA COR PRETA COM SOLADO EM PU, BI DENSIDADE INJETADO, MODELO ELÁSTICO, COM PALMILHA ANTIBACTERIANA. COM CA. Nº 33 Á 45	PAR	500	R\$ 44,64	R\$ 22.320,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

47	CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BUTINA NOBUCK, EM COURO COM CA, FECHAMENTO EM CADARÇO, BIQUEIRA EM POLIPROPILENO, E SOLADO BI COMPONENTE (ENTRE SOLA EM EVA E SOLA DE BORRACHA) DE N.º 35 AO 45	PAR	300	R\$ 79,41	R\$ 23.823,00
48	CAPACETE DE SEGURANÇA, TIPO ABA FRONTAL, COM CARNEIRA INJETADA EM PLÁSTICO, COM PEÇA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA DE POLIÉSTER. COM GARGANTILHA, COM CA. CORES À ESCOLHER	UND	10	R\$ 11,30	R\$ 113,00
49	CARTUCHO QUÍMICO MULTIGASES PARA RESPIRADOR SEMIFACIAL, VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS, CAIXA COM 4 UNIDADES	CX	20	R\$ 51,91	R\$ 1.038,20
50	LANTERNA, COM CARGA ELÉTRICA RECARREGÁVEL 10 LED TAMANHO MÉDIO	UNID.	50	R\$ 59,17	R\$ 2.958,50
51	LANTERNA COM CARGA ELÉTRICA RECARREGÁVEL 15 LED TAMANHO GRANDE.	UNID.	50	R\$ 61,25	R\$ 3.062,50
52	LANTERNA TÁTICAS COM CARGA ELÉTRICA RECARREGÁVEL 05 LED TAMANHO PEQUENA, ZOOM TELESCÓPICO, MODELO DO LED (XMLT9 XHP50) ALTA INTENSIDADE QUALIDADE E ECONOMIA, RESISTENTE À ÁGUA, MATERIAL EM LIGA DE MAGNÉSIO EM ALTA RESISTÊNCIA	UNID.	100	R\$ 51,91	R\$ 5.191,00
53	LANTERNA RECARREGÁVEL QUADRADA À BATERIA 12 LEDS	UNID.	50	R\$ 158,83	R\$ 7.941,50
54	LUVA EM LÁTEX NATURAL RANHURADA TAMANHO P, M, G & GG; (7,8,9 & 10), COM CA; CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO	PAR	1000	R\$ 7,58	R\$ 7.580,00
55	LUVA NITRÍLICA, TAMANHO P, M, G & GG; (7,8,9 & 10), COM CA; CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO	PAR	1000	R\$ 5,49	R\$ 5.490,00
56	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM RASPA, REFORÇO INTERNO EM RASPA NA PALMA E DEDOS; TIRA DE REFORÇO EM RASPA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, CANO CURTO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA	PAR	500	R\$ 9,37	R\$ 4.685,00
57	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM RASPA, REFORÇO INTERNO EM RASPA NA PALMA E DEDOS; TIRA DE REFORÇO EM RASPA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, CANO MÉDIO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	PAR	500	R\$ 11,41	R\$ 5.705,00
58	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM RASPA, REFORÇO INTERNO EM RASPA NA PALMA E DEDOS; TIRA DE REFORÇO EM RASPA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, CANO LONGO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	PAR	500	R\$ 12,77	R\$ 6.385,00
59	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM VAQUETA, TIRA DE REFORÇO ENTRE O POLEGAR E INDICADOR, REFORÇO INTERNO NA PALMA, ELÁSTICO NO PUNHO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	PAR	1000	R\$ 10,35	R\$ 10.350,00
60	LUVA MISTA CONFECCIONADA NO DORSO EM RASPA E NA PALMA DA MÃO EM VAQUETA, COM REFORÇO EM VAQUETA ENTRE O DEDO POLEGAR E O INDICADOR, COM CA, CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO	PAR	1000	R\$ 9,83	R\$ 9.830,00
61	LUVA GREN VOLK (PEGASUS) COM CA; RESISTÊNCIA MECÂNICA. EM 388 - DESEMPENHO1121A. USO REUTILIZÁVEL, FORMATO ANATÔMICO; RESISTÊNCIA TÉRMICA, (CALOR), DESEMPENHO X2XXXXNOS TAMANHOS: P 07, M 08, G 09, GG 10 & EXC 11, FORMATO ANATÔMICO ESTRUTURA SUPORTE TÊXTIL, MONTADO E COSTURADOS EM FIBRAS NATURAIS; PUNHO EM MALHA GRIP, CORRUGADO RUGOSO	PAR	2000	R\$ 6,07	R\$ 12.140,00
62	LUVA EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS, CAIXA COM 100 UNIDADES NOS TAMANHOS, P, M, G & GG; COM C.A.	CX	1000	R\$ 21,28	R\$ 21.280,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

63	LUVA FLEXTACTIL - LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM NYLON, RECOBERTA DE POLIURETANO NA PALMA, COM PUNHO EM ELÁSTICO, COM CA	PAR	2000	R\$ 2,50	R\$ 5.000,00
64	JALECO EM OXFORD BRANCO, MODELO MEIA PERNA, MANGA CURTA.	UND	300	R\$ 48,66	R\$ 14.598,00
65	JALECO EM OXFORD BRANCO, MODELO MEIA PERNA, MANGA LONGA.	UNI.	300	R\$ 54,88	R\$ 16.464,00
66	BLUSAS PARA PROTEÇÃO DO FRIO NO INVERNO NOS TAMANHOS P, M, G, GG & EXG. (LAVADORES NA RAMP A E TRAB. EM GERAL) CORES A DEFINIR	UND	300	R\$ 129,76	R\$ 38.928,00
67	CALÇA EM BRIM/ALGODÃO (PARA LAVADORES NA RAMP A) TAMANHO P, M, G, & GG. (CORES AZUL OU MARROM)	UND	50	R\$ 67,48	R\$ 3.374,00
68	CALÇA EM LONA IMPERMEÁVEL TIPO JARDINEIRAS, COM BOTA ACOPLADAS, PARA TRABALHOS EM AMBIENTES MOLHADOS, TAMANHOS VARIÁVEIS Nº 34 AO Nº 45	UND	100	R\$ 116,02	R\$ 11.602,00
69	CAMISA EM MALHA DECOTE EM V, CORES DIVERSAS, NOS TAMANHOS: P, M, G, GG & XGG	UND	200	R\$ 24,91	R\$ 4.982,00
70	CAMISA EM MALHA, GOLA POLO EM CORES DIVERSAS, TAMANHOS: P, M, G, GG & XGG	UND	200	R\$ 30,10	R\$ 6.020,00
71	CAMISA ESTILO SOCIAL MANGA CURTA COM BORDADO PQ. (BANDEIRA DO PARANÁ) NA MANGA DIREITA, E NA MANGA ESQUERDA BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA E DE TAMANHO UM POUCO MAIOR NO BOLSO. BRASÃO DO MUNICÍPIO. TECIDO & CORES A ESCOLHER. (PARA MOTORISTAS OPERADORES E DEMAIS TRABALHADORES BRAÇAIS). NOS TAMANHOS Á DEFINIR.	UNI	200	R\$ 98,62	R\$ 19.724,00
72	CAMISA EM FIO, GOLA POLO, MANGA CURTA COM BORDADO PQ. (BANDEIRA DO PARANÁ) NA MANGA DIREITA, E NA MANGA ESQUERDA BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA E DE TAMANHO UM POUCO MAIOR NO BOLSO. BRASÃO DO MUNICÍPIO. CORES E TAMANHOS Á DEFINIR	UNI	200	R\$ 50,87	R\$ 10.174,00
73	CALÇAS: EM BRIM, NAS CORES VERDE BANDEIRA, COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS EM AMBAS AS PERNAS NA ALTURA SOBRE O MEIO DA CANELA, COM UM BOLSO EM CADA LATERAL E UM BOLSO EM CADA LADO NA PARTE DE TRÁS. COM BOTÃO FRONTAL NO CÓS, E CORDÃO PARA AMARRAR NA FRENTE E COM ZÍPER NA FRENTE, NA PARTE DA BRAGUILHA, COM ELÁSTICO NO CÓS NA PARTE TRASEIRA E PRESILHAS PARA CINTA EM TODO O CÓS, NA LARGURA DO MESMO. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG, & EXG. COM PEQUENAS DIFERENÇAS ENTRE MODELO MASCULINO E FEMININO, PODENDO TAMBÉM SER UNISSEX.	UND	300	R\$ 78,90	R\$ 23.670,00
74	CALÇAS: EM BRIM, NAS CORES AZUL/ MARROM, COM UM BOLSO EM CADA LATERAL E UM BOLSO EM CADA LADO NA PARTE DE TRÁS. COM BOTÃO FRONTAL NO CÓS, E CORDÃO PARA AMARRAR NA FRENTE E COM ZÍPER NA FRENTE, NA PARTE DA BRAGUILHA, COM ELÁSTICO NO CÓS NA PARTE TRASEIRA E PRESILHAS PARA CINTA EM TODO O CÓS, NA LARGURA DO MESMO. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG, & EXG. COM PEQUENAS DIFERENÇAS ENTRE MODELO MASCULINO E FEMININO, PODENDO TAMBÉM SER UNISSEX. (PARA MOTORISTAS, OPERADORES DE MÁQUINAS E DEMAIS TRABALHADORES BRAÇAIS)	UND	100	R\$ 78,90	R\$ 7.890,00
75	CAMISAS 1: EM MALHAS, NAS CORES AZUL/ MARROM. EM MANGA CURTA, COM GOLA POLO. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO. . NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG (PARA MOTORISTAS, OPERADORES DE MÁQUINAS E DEMAIS TRABALHADORES BRAÇAIS)	UND	300	R\$ 35,30	R\$ 10.590,00
76	CAMISAS 2: - EM MALHAS, NAS CORES AZUL/ MARROM. EM MANGA LONGA, COM GOLA POLO. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG (PARA MOTORISTAS, OPERADORES DE MÁQUINAS E DEMAIS TRABALHADORES BRAÇAIS)	UND	300	R\$ 40,49	R\$ 12.147,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

77	CAMISAS 3: EM MALHAS, NAS CORES VERDE GRAMA, COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DOS BÍCEPS, NA COR LARANJA E UMA FAIXA DA MESMA COR CRUZADA NAS COSTAS NA ALTURA DO OMBRO EM DIAGONAL ATÉ A PARTE DE BAIXO DA OMOPLATA. EM MANGA COMPRIDA, COM GOLA TIPO ROLÊ. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO, EMBLEMA DO ECO AMBIENTAL NO OMBRO ESQUERDO E EMBLEMA DA ITAIPU NAS COSTAS, ACIMA DO CRUZAMENTO DAS FAIXAS REFLETIVAS. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG.	UND	300	R\$ 46,70	R\$ 14.010,00
78	CAMISAS 4: - EM MALHAS, NAS CORES VERDE GRAMA, COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DOS BÍCEPS, NA COR LARANJA E UMA FAIXA DA MESMA COR CRUZADA NAS COSTAS NA ALTURA DO OMBRO EM DIAGONAL ATÉ A PARTE DE BAIXO DA OMOPLATA. EM MANGA CURTA, COM GOLA ROLÊ. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO, EMBLEMA DO ECO AMBIENTAL NO OMBRO ESQUERDO E EMBLEMA DA ITAIPU NAS COSTAS, ACIMA DO CRUZAMENTO DAS FAIXAS REFLETIVAS. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG	UND	300	R\$ 41,44	R\$ 12.432,00
79	CAMISAS 5: - EM MALHAS, NAS CORES VERDE GRAMA, COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DOS BÍCEPS, NA COR LARANJA E UMA FAIXA DA MESMA COR CRUZADA NAS COSTAS NA ALTURA DO OMBRO EM DIAGONAL ATÉ A PARTE DE BAIXO DA OMOPLATA. EM MANGA COMPRIDA, COM GOLA POLO. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO, EMBLEMA DO ECO AMBIENTAL NO OMBRO ESQUERDO E EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL, ACIMA DO CRUZAMENTO DAS FAIXAS REFLETIVAS. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG	UND	300	R\$ 46,70	R\$ 14.010,00
80	CAMISAS 6: - EM MALHAS, NAS CORES VERDE GRAMA, COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DOS BÍCEPS, NA COR LARANJA E UMA FAIXA DA MESMA COR CRUZADA NAS COSTAS NA ALTURA DO OMBRO EM DIAGONAL ATÉ A PARTE DE BAIXO DA OMOPLATA. EM MANGA CURTA, COM GOLA POLO. COM UM BOLSO AO LADO ESQUERDO, E COM EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL NO OMBRO DIREITO, EMBLEMA DO ECO AMBIENTAL NO OMBRO ESQUERDO E EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA NAS COSTAS, ACIMA DO CRUZAMENTO DAS FAIXAS REFLETIVAS. NOS TAMANHOS: P, M, G, GG, XG & EXG	UND	300	R\$ 50,86	R\$ 15.258,00
81	CREME PROTETOR SOLAR, FATOR 60 FPS, BISNAGAS COM 120 ML., HIPOALERGÊNICO, LIVRE DE ÓLEOS	UNID.	1000	R\$ 12,46	R\$ 12.460,00
82	CINTO DE SEGURANÇA PARAQUEDISTA EM POLIÉSTER, 01 FIVELA DE AJUSTE NA CINTURA, AJUSTE PEITORAL, 3 MEIAS-ARGOLAS EM D, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, COM OS RESPECTIVOS TALABARTES, EM Y EM POLIÉSTER, 2 GANCHOS DUPLA TRAVA EM AÇO COM ABERTURA DE 55MM, 1 MOSQUETÃO DUPLA TRAVA EM AÇO COM ABERTURA DE 18MM, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO CA.	UNID.	30	R\$ 78,89	R\$ 2.366,70
83	MACACÃO EM BRIM PARA SERVIÇOS GERAIS MANGA CURTA. NA COR AZUL/ MARROM TAMANHO "M, G, & GG PARA SERVIÇOS GERAIS	UND	100	R\$ 114,08	R\$ 11.408,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

84	JAQUETAS PARA FUNCIONÁRIOS DA AGRICULTURA E SVOSP, EM TECIDO DE POLIÉSTER IMPERMEÁVEL COM FORRO EM TACTEL, COM DOIS BOLSOS EXTERNOS E UM BOLSO INTERNO, COM ELÁSTICO NA BARRA E NOS PUNHOS, COM FECHO EM ZÍPER, EMBLEMA DA PREFEITURA MUNICIPAL (BRASÃO) NA ALTURA DO PEITO AO LADO ESQUERDO, UMA BANDEIRA DO MUNICÍPIO NO OMBRO ESQUERDO E A BANDEIRA DO PARANÁ NO OMBRO DIREITO, COM A ESCRITA NAS COSTA COM OS DIZERES "PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA PR.", AS ESCRITAS PODEM SER SERIGRAFIA OU BORDADOS, (AINDA A DEFINIR), NOS TAMANHOS: P,M,G,GG, & EXG.	UNID	200	R\$ 165,06	R\$ 33.012,00
85	CAMISAS GOLA POLO NAS CORES AZUL OU MARROM PARA LAVADORES NA RAMPA DE LAVAGEM, MANGA CURTA, NOS TAMANHOS, P, M, G & GG	UNID.	60	R\$ 39,45	R\$ 2.367,00
86	MANGOTES EM RASPAS, COM TIRAS DE FIXAÇÃO DO MESMO MATERIAL, PASSANDO PELOS OMBROS, COM CA	PAR	50	R\$ 21,46	R\$ 1.073,00
87	CADEIRAS ERGONÔMICAS DIRETOR ANATÔMICA ESPUMA INJETADA DE 50 MM, BASE A GÁS COM REGULAGEM DE ALTURA; REGULAGEM DE ENCOSTO E ALTURA; BRAÇO DIGITADOR COM REGULAGEM DE ALTURA; SISTEMA DE RODAS GIRATÓRIAS, TECIDO AERO, QUE ATENDA A NR 17; NORMAS DA ABNT; NBR 300, NBR14006, ISO 9001; GARANTIA DE 05 ANOS NO MÍNIMO, COR A SER DEFINIDA, A MONTAGEM SERÁ DA EMPRESA FORNECEDORA	UND	150	R\$ 446,38	R\$ 66.957,00
88	COTURNO OPERACIONAL, NA COR PRETA, CONFECCIONADO EM COURO LEGÍTIMO OU MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ACABAMENTO REFORÇADO E COSTURAS DUPLAS PARA MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA AO USO CONTÍNUO. POSSUI ZÍPER LATERAL INTERNO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM SISTEMA DE TRAVA E PROTEÇÃO SUPERIOR EM VELCRO OU ABA DE SEGURANÇA. CADARÇOS FRONTAIS RESISTENTES, PASSADORES METÁLICOS OU EM NYLON REFORÇADO, AJUSTE ANATÔMICO. DISPÕE DE SOLADO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COM DESENHO TÁTICO PARA MELHOR ADERÊNCIA EM DIFERENTES TIPOS DE SOLO, RESISTENTE À ABRASÃO E A ESCORREGAMENTOS, PALMILHA ANATÔMICA REMOVÍVEL, RESPIRÁVEL E COM TRATAMENTO ANTIBACTERIANO, FORRO INTERNO ACOLCHOADO QUE GARANTE CONFORTO TÉRMICO E PROTEÇÃO AO TORNOZELO.	UND	100	R\$ 337,38	R\$ 33.738,00
89	COLETE TÁTICO OPERACIONAL MODULAR, NA COR AZUL-MARINHO, CONFECCIONADO EM NYLON BALÍSTICO OU POLIÉSTER DE ALTA RESISTÊNCIA, COM COSTURAS REFORÇADAS, ACABAMENTO ROBUSTO E ALTA DURABILIDADE. POSSUI SISTEMA MODULAR COM PAINÉIS EM PADRÃO MOLLE, PERMITINDO A FIXAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DE ACESSÓRIOS CONFORME A NECESSIDADE DO SERVIÇO, AJUSTE LATERAL E NOS OMBROS, POR MEIO DE TIRAS COM VELCRO E/OU FECHOS REGULÁVEIS, FORRO INTERNO ACOLCHOADO E RESPIRÁVEL, FAVORECENDO A VENTILAÇÃO E O CONFORTO TÉRMICO EM LONGOS PERÍODOS DE USO, COMPARTIMENTOS E ACESSÓRIOS ACOPLADOS, TAIS COMO: • PORTA-ALGEMAS, COM FECHAMENTO EM VELCRO OU BOTÃO DE PRESSÃO, PORTA-CHAVES, COM ARGOLA OU MOSQUETÃO INTERNO REFORÇADO; • COLDRE TÁTICO, COMPATÍVEL COM ARMA DE PORTE INSTITUCIONAL, DOTADO DE SISTEMA DE RETENÇÃO E SAQUE RÁPIDO; • PORTA-CELULAR, AJUSTÁVEL, COM FECHAMENTO SEGURO; • PORTA-EPI'S, DESTINADO AO ACONDICIONAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, COMO LUVAS, MÁSCARA OU OUTROS ITENS OPERACIONAIS.O ÁREAS EM VELCRO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL, BRASÃO INSTITUCIONAL E TARJETA NOMINAL	UND	100	R\$ 342,57	R\$ 34.257,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

90	CINTO DE GUARNIÇÃO COMPLETO, NA COR AZUL-MARINHO E/OU PRETA, CONFECCIONADO EM NYLON BALÍSTICO, POLIÉSTER DE ALTA RESISTÊNCIA OU MATERIAL SIMILAR, COM ESTRUTURA RÍGIDA E REFORÇADA, POSSUI LARGURA APROXIMADA DE 5 CM, COM FECHO DE ENGATE RÁPIDO EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA OU FIVELA METÁLICA REFORÇADA, REGULAGEM DE TAMANHO POR MEIO DE VELCRO INTERNO OU SISTEMA DE AJUSTE DESLIZANTE, ACESSÓRIOS ADICIONAIS, • PORTA-CARREGADOR, PORTA-TONFA OU PORTA-BASTÃO RETRÁTIL; • PORTA-RÁDIO COMUNICADOR, COM ELÁSTICO OU FECHO REGULÁVEL; • PORTA-LANTERNA TÁTICA; • ARGOLA OU MOSQUETÃO PARA FIXAÇÃO DE CHAVES.	UND	100	R\$ 51,89	R\$ 5.189,00
91	PORTA-TONFA PARA TONFA DE 58 CM, CONFECCIONADO EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA, NYLON BALÍSTICO OU MATERIAL SINTÉTICO REFORÇADO, NA COR PRETA OU AZUL-MARINHO	UND	100	R\$ 49,83	R\$ 4.983,00
92	TONFA OSTENSIVA, CONFECCIONADA EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE, . POSSUI 58 CM DE COMPRIMENTO, ESTRUTURA INTEIRIÇA E REFORÇADA, RESISTENTE A IMPACTOS, TORÇÕES E CONDIÇÕES ADVERSAS DE USO CONTÍNUO.	UND	100	R\$ 56,06	R\$ 5.606,00
93	PATCH EMBORRACHADO E/OU BORDADO PARA COLETE TÁTICO, CONFECCIONADO EM PVC EMBORRACHADO DE ALTA RESISTÊNCIA OU TECIDO BORDADO COM LINHA DE ALTA DURABILIDADE, DESTINADO À IDENTIFICAÇÃO OPERACIONAL. APRESENTA A INSCRIÇÃO "PATRULHA MUNICIPAL" EM DESTAQUE, NA COR AMARELA, COM ALTO CONTRASTE SOBRE FUNDO AZUL-MARINHO OU PRETO (CONFORME PADRÃO INSTITUCIONAL), GARANTINDO EXCELENTE VISIBILIDADE E LEITURA À DISTÂNCIA. MEDINDO APROXIMADAMENTE 20 CM DE COMPRIMENTO POR 10 CM DE ALTURA, POSSUI ACABAMENTO REFORÇADO NAS BORDAS, COM COSTURA DE SEGURANÇA (NO MODELO BORDADO) OU RELEVO ESTRUTURADO (NO MODELO EMBORRACHADO), ASSEGURANDO MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA A INTEMPÉRIES, ABRASÃO E EXPOSIÇÃO SOLAR. CONTA COM SISTEMA DE FIXAÇÃO EM VELCRO (PARTE MACHO OU FÊMEA, CONFORME APLICAÇÃO), PERMITINDO FÁCIL REMOÇÃO E SUBSTITUIÇÃO NO COLETE TÁTICO OU EM OUTROS EQUIPAMENTOS COMPATÍVEIS. EQUIPAMENTO DESTINADO À IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL OSTENSIVA.	UND	100	R\$ 32,18	R\$ 3.218,00
94	BLUSA DE INVERNO EM TECIDO TERBRIM, AZUL-MARINHO CAMUFLADO. OBS.: ESTAMPA E/OU BORDADO A APLICAÇÃO DA BANDEIRA DO BRASIL (5 x 3 CM) NO BRAÇO DIREITO; BANDEIRA DO PARANÁ (5 x 3 CM) NO BRAÇO ESQUERDO; BRASÃO DA GUARDA (8 x 8 CM) APLICADO NA PARTE FRONTAL ESQUERDA; ESTAMPA NAS COSTAS COM A INSCRIÇÃO "GUARDA" (14 x 24 CM), NA COR AMARELA;	UND	100	R\$ 103,81	R\$ 10.381,00
95	LANTERNA TÁTICA OPERACIONAL CARACTERÍSTICAS: - MODELO DO LED: XML T9;- RESISTENTE A ÁGUA ALIMENTAÇÃO: 1 X BATERIA- DIMENSÕES APROXIMADAS : 5,2CM X 18,2CM X 7,5CM;- PESO: 260G AUTONOMIA DE DURAÇÃO DA BATERIA DE ATÉ 4 HORAS.	UND	80	R\$ 89,28	R\$ 7.142,40
96	CAMISAS GOLA POLO NAS CORES AZUL OU MARROM PARA LAVADORES NA RAMPA DE LAVAGEM, MANGA LONGA,, NOS TAMANHOS, P, M, G & GG.	UND	20	R\$ 39,00	R\$ 780,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

97	CADEIRA DE ESCRITÓRIO PRESIDENTE ERGONÔMICA A CADEIRA DEVERÁ POSSUIR BASE GIRATÓRIA COM 05 (CINCO) APOIOS, EM MATERIAL METÁLICO OU EQUIVALENTE DE ALTA RESISTÊNCIA, COM RODÍZIOS DUPLOS ADEQUADOS PARA PISOS DE ESCRITÓRIO E GIRO DE 360°, SUPORTANDO CARGA MÍNIMA DE 200 KG. O ASSENTO DEVERÁ SER ANATÔMICO, REGULAGEM DE ALTURA POR PISTÃO A GÁS CLASSE 4 E REVESTIMENTO EM MALHA (MESH) RESPIRÁVEL RESISTENTE AO DESGASTE. O ENCOSTO DEVERÁ SER DO TIPO ESPALDAR ALTO, COM ESTRUTURA ERGONÔMICA, REVESTIDO EM MATERIAL RESPIRÁVEL, CONTENDO APOIO LOMBAR AJUSTÁVEL E ADAPTADO À CURVATURA DA COLUMNA. DEVERÁ POSSUIR APOIO DE CABEÇA COM REGULAGEM TRIDIMENSIONAL (ALTURA, PROFUNDIDADE E INCLINAÇÃO) E APOIOS DE BRAÇO COM AJUSTES MULTIDIRECIONAIS, INCLUINDO ALTURA E POSICIONAMENTO. O MECANISMO DEVERÁ PERMITIR INCLINAÇÃO DO ENCOSTO COM TRAVAMENTO EM MÚLTIPLAS POSIÇÕES E AJUSTE DE TENSÃO CONFORME O PESO DO USUÁRIO DEVERÁ ATENDER AOS REQUISITOS DA NR-17, BEM COMO À ABNT NBR 13962, O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 2 ANOS.	UND	30	R\$ 1.314,93	R\$ 39.447,90
98	CAIXA PLÁSTICA PARA ACONDICIONAMENTO DE MATERIAIS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 0,60 CM. DE COMPRIMENTO, 0,40 CM. DE LARGURA, 0,25 CM. DE ALTURA, COM LATERAIS VASADAS E ENCAIXE INTERNO NA PARTE INFERIOR E EXTERNA NA PARTE SUPERIOR, EM CORES DIVERSAS	UNID.	100	R\$ 36,28	R\$ 3.628,00
99	REPELENTE INSETO SPRAY, BISNAGAS COM 120 ML, DURA ATÉ QUATRO HORAS DE PROTEÇÃO	UNID.	2000	R\$ 26,59	R\$ 53.180,00
100	SUPORTE PARA NOTEBOOK, LAPTOP STAND, BASE REGULÁVEL, EM ALUMÍNIO.	UNID.	50	R\$ 57,96	R\$ 2.898,00
101	SAPATO EM EVA, ANTI DERRAPANTE, NAS CORES: AZUL, BRANCO, PRETO OU VERDE, COM NUMERAÇÃO DE 33 AO 45, COM CA	PAR	600	R\$ 58,99	R\$ 35.394,00
102	LANTERNA FAROL DE CABEÇA - EQUIPAMENTO MÃOS LIVRES ESSENCIAL PARA ATIVIDADES NOTURNAS, COMO CAMPING, TRABALHOS TÉCNICOS COM FAIXAS ELÁSTICAS; EQUIPADA COM LED POTENTE > 300 LUMENS MODO DE FOCO SPOT E LUZ AMPLA, RECARREGÁVEL VIA USB, RESISTENTE A ÁGUA E COM SENSORES DE MOVIMENTOS.	UNID.	20	R\$ 58,51	R\$ 1.170,20
103	LUVA DE PLÁSTICA SILICONADA PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, 80 CM (CAIXA COM 100 UNIDADES). COM CA	CX	50	R\$ 83,67	R\$ 4.183,50
104	MACACÃO EM BRIM PARA SERVIÇOS GERAIS MANGA LONGA. NA COR AZUL/ MARROM TAMANHO "M, G, & GG PARA SERVIÇOS GERAIS	UND	20	R\$ 165,03	R\$ 3.300,60
105	CALÇA TÁTICA COMPOSTA POR TECIDO RIPSTOP HIDRO-REPELENTE E RESISTENTE COM PROTEÇÃO UV50+. SEU TECIDO, CONFECCIONADO COM FIOS DISPOSTOS DE MANEIRA QUADRICULADA, IMPEDE QUE ELE SEJA DESFIADO QUANDO RASGADO FEITO DE UM POLÍMERO QUE É ESTICADO AO MÁXIMO ATÉ SE TORNAR DURO, SENDO ASSIM, OS RASGÕES QUE OCORREM NÃO SE ALASTRAM. REFORÇADA NOS JOELHOS E NA REGIÃO ENTRE AS PERNAS POSSUI: 6 BOLSOS, SENDO: 2 FRONTAIS, 2 LATERAIS E 2 TRASEIROS; PASSADOR REFORÇADO; COSTURA DUPLA; CINTURA MÉDIA; HIDRO REPELENTE; SECAGEM MÉDIA; ABSORVE MENOS CALOR.	UND	100	R\$ 234,67	R\$ 23.467,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

106	COMBAT SHIRT MANGA LONGA . ESTAMPA E/OU BORDADO A APLICAÇÃO DA BANDEIRA DO BRASIL (5 × 3 CM) NO BRAÇO DIREITO; BANDEIRA DO PARANÁ (5 × 3 CM) NO BRAÇO ESQUERDO; BRASÃO DA GUARDA (8 × 8 CM) APLICADO NA PARTE FRONTAL ESQUERDA; ESTAMPA NAS COSTAS COM A INSCRIÇÃO "GUARDA" (14 × 24 CM), NA COR AMARELA; POSSUI: COMPOSIÇÃO: 70% POLIÉSTER E 30% ALGODÃO; TECNOLOGIA RIP STOP; TECNOLOGIA MICRO DRY QUE PERMITE A ABSORÇÃO E EVAPORAÇÃO RÁPIDA DO SUOR EM ÁREAS ESTRATÉGICAS (PEITORAL, COSTAS E AXILAS); ZÍPER YKK EMBUTIDO NA GOLA ; REGULADOR DE PUNHO; PROTEÇÃO UV 50+ ; 2 BOLSOS COM ACABAMENTO EM VELCRO PARA FIXAÇÃO DE PATCHS.	UND	140	R\$ 203,33	R\$ 28.466,20
107	A COMBAT SHORT MANGA CURTA EM TECIDO RIP STOP NAS MANGAS E OMBROS E NO TRONCO É FEITA DE UM TECIDO LEVE E FLEXÍVEL DE ALTA VENTILAÇÃO, OBS.: ESTAMPA E/OU BORDADO A APLICAÇÃO DA BANDEIRA DO BRASIL (5 × 3 CM) NO BRAÇO DIREITO; BANDEIRA DO PARANÁ (5 × 3 CM) NO BRAÇO ESQUERDO; BRASÃO DA GUARDA (8 × 8 CM) APLICADO NA PARTE FRONTAL ESQUERDA; ESTAMPA NAS COSTAS COM A INSCRIÇÃO "GUARDA" (14 × 24 CM). EM CADA MANGA HÁ UM BOLSO COM FECHAMENTO DE ZÍPER, ALÉM DE PAINÉIS DE TIRAS AUTOCOLANTES PARA FIXAR IDENTIFICAÇÕES.	UND	140	R\$ 185,33	R\$ 25.946,20
108	BOINA, NA COR AZUL-MARINHO, CONFECCIONADA EM LÃ, FELTRO OU MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA QUALIDADE, COM ACABAMENTO RESISTENTE E MODELAGEM ANATÔMICA, DESTINADA AO USO INSTITUCIONAL E OPERACIONAL. POSSUI FORRO INTERNO EM TECIDO CONFORTÁVEL E RESPIRÁVEL, PROPORCIONANDO MELHOR AJUSTE E CONFORTO TÉRMICO, ALÉM DE FAIXA INTERNA EM COURO SINTÉTICO OU MATERIAL SIMILAR, GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE E ADAPTAÇÃO À CIRCUNFERÊNCIA DA CABEÇA. APRESENTA APLICAÇÃO FRONTAL DO BRASÃO DA GUARDA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 3 × 3 CM, FIXADO POR MEIO DE BORDADO DE ALTA DEFINIÇÃO OU PEÇA METÁLICA/POLICROMADA, CONFORME PADRÃO INSTITUCIONAL, DEVIDAMENTE CENTRALIZADO E ALINHADO. ACABAMENTO REFORÇADO NAS BORDAS, COM ESTRUTURA QUE PERMITE MODELAGEM ADEQUADA AO PADRÃO DE USO DA CORPORAÇÃO, COMPONDO O UNIFORME OFICIAL COM APRESENTAÇÃO FORMAL, PADRONIZAÇÃO E IDENTIDADE INSTITUCIONAL.	UND	100	R\$ 160,77	R\$ 16.077,00
109	GANDOLA TÁTICA ESTAMPA E/OU BORDADO O BRASÃO DA GUARDA (8 × 8 CM) APLICADO NA PARTE FRONTAL ESQUERDA; ESTAMPA NAS COSTAS COM A INSCRIÇÃO "GUARDA" (14 × 24 CM), NA COR AMARELA; FORTE, RESISTENTE A DESBOTAMENTO, MANCHAS E SUJEIRA. PROTEÇÃO ADICIONA NOS OMBROS E COTOVELO, ATRAVÉS DE PATCHES RESISTENTES POSSUI CARACTERÍSTICAS ANTIMICROBIAL E PROTEÇÃO UV50+, COMPOSIÇÃO: 30% ALGODÃO 70% POLIÉSTER • FECHAMENTO EM BOTÃO DE MASSA • 2 BOLSOS FRONTAIS SUPERIORES 15 X 13CM (ALTURA X LARGURA) • 2 BOLSOS FRONTAIS INFERIORES 20 X 17CM (ALTURA X LARGURA) • CANETEIRO NO BOLSO SUPERIOR ESQUERDO 3CM • CORDÃO DE AJUSTE NA CINTURA • PUNHO COM FECHAMENTO EM VELCRO • PASSADEIRA NOS OMBROS • ANTIMICROBIAL • PROTEÇÃO UV50+ • RIP STOP	UND	100	R\$ 293,67	R\$ 29.367,00
110	BLUSA DE INVERNO EM TECIDO TERBRIM, AZUL-MARINHO CAMUFLADO. OBS.: ESTAMPA E/OU BORDADO A APLICAÇÃO DA BANDEIRA DO BRASIL (5 × 3 CM) NO BRAÇO DIREITO; BANDEIRA DO PARANÁ (5 × 3 CM) NO BRAÇO ESQUERDO; BRASÃO DA GUARDA (8 × 8 CM) APLICADO NA PARTE FRONTAL ESQUERDA; ESTAMPA NAS COSTAS COM A INSCRIÇÃO "GUARDA" (14 × 24 CM), NA COR AMARELA;	UND	100	R\$ 204,00	R\$ 20.400,00



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

111	BASTÃO RETRÁTIL DE DEFESA PESSOAL, CONFECCIONADO EM AÇO TITÂNIO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM 65 CM DE COMPRIMENTO QUANDO TOTALMENTE ESTENDIDO, COMPOSTO POR SEGMENTOS TELESCÓPICOS QUE PROPORCIONAM ABERTURA POR SISTEMA DE INÉRCIA (MOVIMENTO DE IMPULSO) E TRAVAMENTO AUTOMÁTICO FIRME	UND	60	R\$ 109,52	R\$ 6.571,20
112	CASSETETE/BASTÃO ANTITUMULTO, COM 90 CM DE COMPRIMENTO, CONFECCIONADO EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA, BORRACHA REFORÇADA OU MATERIAL SINTÉTICO DE ELEVADA DURABILIDADE, DESTINADO AO USO OPERACIONAL EM AÇÕES DE CONTROLE E MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA.	UND	60	R\$ 79,50	R\$ 4.770,00
113	RÁDIO COMUNICADOR PORTÁTIL, COM ALCANCE DE ATÉ 20 KM EM ÁREA ABERTA (PODENDO VARIAR CONFORME RELEVO, EDIFICAÇÕES, CONDIÇÕES CLIMÁTICAS E INTERFERÊNCIAS), DESTINADO AO USO OPERACIONAL E COMUNICAÇÃO EM CAMPO. EQUIPAMENTO COM TECNOLOGIA VHF E/OU UHF, DOTADO DE MÚLTIPLOS CANAIS PROGRAMÁVEIS, POSSIBILITANDO COMUNICAÇÃO CLARA, ESTÁVEL E SEGURA ENTRE AS EQUIPES. PODE DISPOR DE FUNÇÃO VOX (ACIONAMENTO POR VOZ), SISTEMA DE REDUÇÃO DE RUÍDOS, VARREDURA AUTOMÁTICA DE CANAIS (SCAN) E CÓDIGOS DE PRIVACIDADE CTCSS/DCS, MINIMIZANDO INTERFERÊNCIAS E GARANTINDO MAIOR ORGANIZAÇÃO NAS COMUNICAÇÕES. POSSUI CARCAÇA EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS LEVES, POEIRA E RESPINGOS D'ÁGUA (CONFORME CLASSIFICAÇÃO IP DO FABRICANTE), ADEQUADA AO USO OSTENSIVO E OPERACIONAL. CONTA COM ANTENA EXTERNA DE ALTO DESEMPENHO, FIXA OU REMOVÍVEL, PROPORCIONANDO MELHOR ALCANCE E QUALIDADE DE SINAL. DISPÕE DE BATERIA RECARREGÁVEL DE ÍONS DE LÍTIO, COM AUTONOMIA PROLONGADA, ACOMPANHADA DE CARREGADOR INDIVIDUAL OU BASE DE CARREGAMENTO MÚLTIPLA. APRESENTA CLIP TRASEIRO PARA FIXAÇÃO EM CINTO OU COLETE TÁTICO, ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO/MICROFONE EXTERNO COM SISTEMA PTT (PUSH-TO-TALK), ALTO-FALANTE FRONTAL DE BOA POTÊNCIA E BOTÃO LATERAL DE TRANSMISSÃO DE FÁCIL ACESSO.	UND	60	R\$ 413,14	R\$ 24.788,40
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO					R\$ 1.135.683,10

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a aquisição dos referidos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), o contrato se apresenta como a alternativa mais viável, pois possibilita o fornecimento contínuo e planejado, garantindo o atendimento adequado às demandas da administração municipal de forma eficiente e organizada.

Como parte do levantamento de mercado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), foram analisadas diversas opções disponíveis no setor,



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

considerando fatores como qualidade, durabilidade, conformidade com as normas regulamentadoras e preços praticados.

A pesquisa envolveu consultas a fornecedores especializados, levantamento de especificações técnicas dos produtos e análise comparativa de custos, com o objetivo de identificar as soluções mais vantajosas para a administração municipal.

Diante desse cenário, a opção mais eficiente e economicamente favorável é a contratação por meio de Pregão, modalidade que possibilita melhores condições comerciais, maior competitividade entre fornecedores e a garantia de fornecimento contínuo dos EPIs essenciais à segurança dos servidores.

9. ESTIMATIVA DE PREÇO A SER LICITADO

A estimativa de preço para a contratação é de **R\$ 1.135.683,10** (um milhão, cento e trinta e cinco mil, seiscentos e oitenta e três reais e dez centavos) sendo o valor unitário apurado com base na média dos preços obtidos nas pesquisas realizadas.

A pesquisa de preços foi conduzida por meio de diversas fontes, incluindo o Banco de Preços, BLL, PNCP, Portal de Compras, sistema Menor Preço, consultas em sítios eletrônicos, contratações similares de outros municípios, Licitanet, Tribunal de Contas do Estado do Paraná, além de cotações diretas com fornecedores do ramo, inclusive locais, entre outras fontes pertinentes.

10. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E ESCRITÓRIO “COMPRA PARANÁ”

Em cumprimento ao decreto municipal que estabeleceu o escritório “Compra Paraná”, decreto 039/2023, nos termos do artigo 7º § 3º, para a possibilidade de aplicação da prioridade da licitação para empresas locais enquadradas, foi realizada consulta junto a o Departamento de Fiscalização desta municipalidade buscando empresas que possuam em seus CNAE’S atividades que satisfaçam o objeto da licitação.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Nesta busca, foram identificadas empresas no município de Cafelândia que estão aptas a participar do processo de licitação DFD nº 007/2026 da Secretaria Municipal de Administração.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

A solução escolhida para viabilizar a contratação de empresa especializada no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) consiste na realização de procedimento licitatório, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, em conformidade com a legislação vigente.

a) Benefícios do pregão eletrônico:

I. Agilidade: O pregão eletrônico proporciona um processo mais rápido, reduzindo o tempo necessário para a conclusão da licitação.

II. Transparência: Todas as etapas do processo licitatório são realizadas de forma eletrônica, garantindo transparência e imparcialidade na seleção do fornecedor.

III. Competitividade: A modalidade de pregão eletrônico promove a competição entre os fornecedores, resultando em melhores condições e preços para o órgão contratante.

IV. Ampla participação: Através do pregão eletrônico, é possível alcançar um maior número de fornecedores, aumentando as opções disponíveis e a possibilidade de obter o melhor custo-benefício.

Com o pregão eletrônico, será possível realizar uma análise detalhada das propostas recebidas, assegurando que a prestação de serviço atenda plenamente às necessidades da Secretaria, bem como aos critérios estabelecidos.

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO ou NÃO PARCELAMENTO



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Na contratação de empresa especializada no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), será por itens, pois cada item é independente, permitindo que sejam adquiridos separados conforme a necessidade.

Contribuindo para maior competitividade na licitação e amplia a possibilidade de participação de diversas empresas fornecedores. Não prejudicando a economia de escala.

13. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO

A contratação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), visa os seguintes objetivos:

a) Atender às demandas das diversas Secretarias Municipais: A demanda visa garantir o fornecimento contínuo de EPIs adequados aos servidores, conforme as atividades desempenhadas em cada setor, assegurando condições seguras de trabalho e a proteção contra riscos ocupacionais, de modo a promover o adequado desempenho das funções institucionais.

b) Alcançar economia em escala: A contratação centralizada para atendimento de todas as Secretarias contribui para a redução de custos unitários dos itens, sem prejuízo da competitividade, permitindo a participação de empresas de diferentes portes e especializações.

Dessa forma, a presente contratação busca assegurar um ambiente de trabalho mais seguro, eficiente e economicamente viável para a administração pública municipal.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DA CONTRAÇÃO DO CONTRATO

Não se faz necessária providências previas a contratação.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Atualmente, não há licitação vigente para o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPIs) no âmbito da Administração Municipal. Ademais, destaca-se que o Pregão nº 07/2025 se encontra vencido.

Diante disso, torna-se necessária a realização de um novo processo licitatório, a fim de garantir a proteção individual e coletiva dos servidores e prestadores de serviço da administração municipal, assegurando condições adequadas de segurança no desempenho de suas atividades.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

A aquisição e utilização dos Equipamento de Proteção Individual (EPIs) podem gerar impactos ambientais, associados às etapas de produção, embalagem, transporte, armazenamento e consumo dos produtos. Assim, faz-se necessária a adoção de medidas mitigadoras que assegurem a sustentabilidade da contratação e a redução de danos ao meio ambiente, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

**Dentre os principais impactos ambientais associados à presente
contratação, destacam-se:**

a) Geração de resíduos sólidos – O descarte de EPIs usados, como máscaras, luvas, aventais, calçados de segurança e capacetes, pode aumentar a quantidade de resíduos sólidos urbanos, especialmente quando feito sem gerenciamento adequado.

b) Materiais de difícil decomposição – Muitos EPIs são fabricados com plásticos, borrachas e polímeros sintéticos que possuem um longo ciclo de degradação, contribuindo para o acúmulo de resíduos no meio ambiente.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

c) Contaminação ambiental – O descarte inadequado de EPIs contaminados por agentes químicos ou biológicos pode gerar riscos à saúde pública e ao meio ambiente, podendo comprometer o solo e os recursos hídricos.

d) Emissões de carbono – O processo de fabricação, transporte e distribuição dos EPIs demanda o consumo de energia e combustíveis fósseis, resultando na emissão de gases de efeito estufa.

Medidas de Tratamento e Mitigação:

Para minimizar os impactos ambientais decorrentes da aquisição e uso de EPIs, a administração municipal adotará as seguintes medidas:

a) Gerenciamento adequado de resíduos – Implementação de diretrizes para o descarte correto dos EPIs, com separação e destinação conforme as normas ambientais e sanitárias vigentes.

b) Aquisição sustentável – Priorizar a compra de EPIs fabricados com materiais recicláveis ou biodegradáveis, sempre que possível, reduzindo a geração de resíduos poluentes.

c) Logística reversa e reciclagem – Estabelecimento de parcerias com fornecedores que possuam programas de logística reversa para recolhimento e reaproveitamento de EPIs descartados.

d) Uso racional e conscientização – Capacitação dos servidores sobre o uso consciente dos EPIs e a importância da destinação correta após o uso, incentivando práticas ambientalmente responsáveis.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Observância da legislação ambiental: A contratação deverá observar as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), garantindo a destinação ambientalmente adequada dos resíduos, promovendo uma gestão pública mais responsável e alinhada aos princípios da sustentabilidade.

Com a adoção dessas medidas, a administração municipal busca equilibrar a necessidade de proteção dos trabalhadores com a preservação ambiental, garantindo uma gestão pública mais eficiente e sustentável.

17. ANÁLISE DE RISCO

A presente análise tem por objetivo identificar os principais riscos relacionados à contratação de Equipamento de Proteção Individual (EPIs), bem como propor medidas de mitigação, visando assegurar a continuidade do fornecimento e a eficiência da execução contratual.

Risco 1: Desabastecimento de matérias

Descrição: Possibilidade de atraso na entrega ou falha no fornecimento por parte da contratada.

Impacto: Comprometimento das atividades administrativas e interrupção de serviços, expondo-os os servidores a riscos ocupacionais.

Probabilidade: Média

Mitigação:

Estabelecimento de prazos claros de entrega; previsão de penalidades por descumprimento contratual; planejamento de estoque mínimo pelos setores;

Risco 2: Fornecimento de materiais de baixa qualidade

Descrição: Compra de EPIs que não atendam às normas de segurança ou sejam incompatíveis com as necessidades dos servidores, comprometendo a proteção e a funcionalidade dos equipamentos.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Impacto: Prejuízo à execução das atividades e aumento de custos com reposição.

Probabilidade: Média

Mitigação: Especificação técnica detalhada no edital, com exigência de certificações de qualidade e conformidade com normas regulamentadoras.

Risco 3: Atraso na entrega

Descrição: Descumprimento dos prazos estabelecidos para fornecimento.

Impacto: Descontinuidade das operações da administração municipal, comprometendo a segurança dos trabalhadores

Probabilidade: Média

Mitigação: Fixação de prazos adequados, aplicação de sanções administrativas; acompanhamento da execução contratual;

Risco 4: Variação de preços de mercado

Descrição: Oscilações nos preços dos materiais durante a vigência contratual.

Impacto: Possível desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Probabilidade: Baixa

Mitigação: Previsão contratual de reequilíbrio, quando cabível; realização de pesquisa de preços atualizada;

Risco 5: Entrega de itens em desacordo com o solicitado

Descrição: Fornecimento de produtos diferentes das especificações ou quantitativos incorretos.

Impacto: Comprometimento da segurança dos servidores, necessidade de retrabalho administrativo, atrasos na disponibilização dos equipamentos e possível interrupção das atividades que exigem o uso obrigatório de EPIs.

Probabilidade: Média



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Mitigação: conferência no ato do recebimento; recusa de itens em desacordo; registro formal de ocorrências; aplicação de sanções contratuais, quando cabíveis.

Risco 6: Falha na gestão e controle de estoque

Descrição: Utilização inadequada ou má gestão dos materiais pelos servidores.

Impacto: Desperdício ou desabastecimento de EPIs por falta de materiais.

Probabilidade: Média

Mitigação: controle interno de distribuição; planejamento de consumo; monitoramento pelos responsáveis de cada setor;

Conclusão

A identificação e o tratamento dos riscos apresentados permitem à Administração adotar medidas preventivas e corretivas, garantindo maior segurança na execução contratual, continuidade do fornecimento e eficiência na aplicação dos recursos públicos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

18. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO E VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A natureza dos serviços a serem contratados, relacionados à **EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs)**, enquadra-se como "bens e serviços comuns", conforme previsto no inciso.

A contratação se faz **VIÁVEL**, garantindo a continuidade dos serviços com qualidade e segurança. Essa escolha visa assegurar celeridade, eficiência e transparência no processo de contratação, promovendo a competitividade e garantindo as melhores condições para a administração.

Cafelândia-PR, 16 de abril de 2026.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Responsável pela elaboração:

ANGELITA GRZEBIELUCKAS
Matricula: **767322710**

Aprovação

O presente Estudo Técnico Preliminar já assinado pela responsável por sua elaboração, fica devidamente aprovado pelas autoridades competentes.

JOÃO LAURO BOLONHA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para, objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº xxx/2025 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Termo de Referência.

Item	Especificação	Quantidade	Unidade	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	xx	xx	Xx	xx	R\$	R\$
2	xx	xx	Xx	xx	R\$	R\$

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA (SE HOUVER)

A garantia deverá ser da seguinte forma: para todos os **Lotes** de no mínimo _____, a contar do recebimento definitivo do objeto pela CONTRATANTE.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Termo de Referência, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

No mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(preferencialmente em papel timbrado da licitante)

Ao Pregoeiro e equipe de apoio

Prefeitura Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2026

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº , cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.**

7) Declaramos, para os devidos fins que a Conta Corrente p/Depósito: Banco: Agência:.....

8) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, encaminhar contrato assinado **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

Cidade:.....Bairro:.....Rua:.....nºCEP:.....

9) Caso altere o citado e-mail, telefone ou endereço comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

10) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob nº....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/Contrato**, referente ao Pregão Eletrônico nº **Nº xxx/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

..... de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

MINUTA - CONTRATO N° ____/____.
Processo Administrativo N° ____/____.
(NOMETIPOLICITACAO) n° ____/____.

Contrato de **(aquisição) ou (prestação dos serviços)**, que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA**, e, de outro a empresa, _____, nos termos abaixo:

De um lado, o **MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cep: 85.415-000, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. _____, nomeado pelo Termo de Posse, em _____, matrícula n° _____, simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro, a empresa, _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ n° _____, com sede na Rua: _____, n° _____, Bairro: _____, Telefone: _____, e-mail: _____, na cidade _____, estado do _____, neste ato representado, pelo seu socio administrador ou representante legal Sr.(a) _____, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, e em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto n.º 156 de 20 de dezembro de 2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto: **Empresa especializada para**

1.2. **Descrição e valores do objeto do presente Contrato:**
(ITENS.CONTRATO)

CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2.1. O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei Nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do **Processo administrativo nº _____/_____ - (NOME LICITACAO nº _____/_____)**, aplicando-se ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. O CONTRATANTE, pagará ao CONTRATADO, pela **(aquisição do objeto) ou (prestação dos serviços)** estabelecidos na cláusula primeira, **o valor total de R\$ _____ (_____)**, respeitando o valor máximo do(s) item(s) indicado(s) na cláusula primeira.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. Não haverá exigência de garantia contratual da execução dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

3.4. Os recursos para assegurarem os pagamentos do objeto deste contrato, serão através das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Projeto/atividade e	Natureza	Fonte	Conta / Secretaria

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO (conforme termo de referência ou edital)

4.1. O prazo de **vigência da contratação é de _____ (_____) _____**, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. O produto deverá ser entregue em sua totalidade.

4.3. O prazo de entrega dos **produtos será em até _____ (_____) dias**, contados da assinatura do contrato é a partir do recebimento da requisição de compra (enviado por e-mail) do departamento solicitante. O local de entrega será definido pela secretária requisitante.

4.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Os prazos de que tratam o item 4.3. poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

4.6. Cabe ao entregador aguardar o funcionário responsável terminar todos os procedimentos e verificação de qualidade para posterior assinatura das guias de entrega.

4.7. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte de carga e descarga.

4.8. Caso o recebedor constatar a impossibilidade do uso, os produtos deverão ser devolvidos e repostos no prazo estipulado pela secretaria ou Termo de Referência.

4.9. **Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação do objeto.

4.10. RECEBIMENTO DO OBJETO:

4.10.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constante no Termo de Referência e na proposta.

4.10.2. Os itens poderão ser rejeitados, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo XXX (XXX) dias, a constar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.10.3. No caso de controvérsia sobre execução do objeto, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.10.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLAUSULA QUINTA - DA FORMA E PRAZOS DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/ Fatura. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.2. O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitida: a **Prefeitura Municipal de Cafelândia, CNPJ sob nº 78.121.878/0001-72.**

5.3. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

5.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

5.6. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.10. É obrigatória a observância da retenção do Imposto de Renda na fonte conforme IN RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, e consequentemente influenciou a promulgação do Decreto Municipal nº 089, de 03 de agosto de 2023, que dispõe sobre a retenção na fonte do Imposto de Renda incidente sobre pagamentos a fornecedores do Município de Cafelândia/PR, **quando couber**.

CLÁUSULA SEXTA - GESTÃO CONTRATO - FISCAL E GESTOR

6.1. **O FISCAL**, Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato equivalente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3. O fiscal acompanhará a execução para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6.4. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato ou instrumento equivalente nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação.

6.9. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.10. Caso ocorram descumprimento das obrigações, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.11. **O GESTOR DO CONTRATO:** Coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo fornecedor, com menção ao seu desempenho na execução, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

7.1. Nos termos da Lei e demais legislações pertinentes à corresponsabilidade dos agentes públicos envolvidos, firma o presente contrato, juntamente com o Senhor Prefeito Municipal, e a(o) Senhor(a) Secretária(o) que assinar o Ofício de solicitação para a realização do processo licitatório para a aquisição do objeto/prestação de serviços, obrigando-se ao cumprimento do contido na Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto n.º 156 de 20 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Realizar rigorosa conferência das características dos itens fornecidos, por meio da Comissão de Recebimento designada ou servidor, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem.
- d) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo de referência, edital e proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- e) Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- f) Comunicar, por escrito, à CONTRATADA o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.
- g) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- h) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- i) Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- j) Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- k) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- l) Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- m) Notificar a contratada quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- n) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações do Contratado:

- a) Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação.
- b) Disponibilizar canal direto com o fiscal de contrato para atendimento de eventuais dúvidas, reclamações ou problemas durante a entrega dos itens.
- c) Designar, formalmente, representante, no ato da assinatura da ata de registro de preços, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento.
- d) Entregar os produtos respeitando rigorosamente as condições do Edital e seus anexos.
- e) Acatar as recomendações da fiscalização do contratante, facilitando a ampla ação desta, inclusive com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitados.
- f) Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários.
- g) Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- h) Realizar a substituição de eventuais itens que apresentarem defeito(s) no prazo estipulado no Estudo técnico preliminar.
- i) Estar apta a iniciar o fornecimento dos equipamentos no momento da assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PENALIDADES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto 156 de 20 de dezembro de 2023 o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

10.2.4. Multa:

a) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;

b) Moratória de 10 % (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

c) O atraso superior a 5 (cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

d) Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

e) Multa, a qual poderá ser aplicada isoladamente ou de forma cumulada com as demais penas, entre 0,5% a 30% do valor do contrato

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REAJUSTES

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, ou por outro índice que vier a substituí-lo, caso haja prorrogação, de comum acordo entre as partes.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

13.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

14.1. A CONTRATADA deverá observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a Lei nº 14.133/21 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

15.1. Caberá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos, no Portal Nacional de Contratações, sítio oficial da internet e Diário Oficial DOS Municípios, observados os prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. As despesas resultantes da publicação deste Contrato e de seus eventuais aditivos, correrão por conta do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

16.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis -



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

16.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, e entre esta e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

16.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

16.4. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.5. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

16.5.1. A comunicação não exime a CONTRATADA das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

16.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Aurora/PR, com renúncia de qualquer outro, para dirimir as dúvidas ou questões decorrentes da presente.

17.2. Fazem parte integrante deste Contrato, independentemente da transcrição, as condições estabelecidas no Edital e as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 156 de 20 de dezembro de 2023, e demais legislações pertinentes.

17.3. E, por estarem justos, firmam o presente Contrato para que surtam todos os efeitos legais.

Cafelândia/PR, ____ de ____ de ____.

MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA
(NOME PREFEITO)
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

GESTOR - CONTRATO

(NOME GESTOR)

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS

FISCAL DO CONTRATO

(NOME FISCAL)

SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXX

(NOME EMPRESA)

(NOME REPRESENTANTE LEGAL)

REPRESENTANTE LEGAL

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:
MATRICULA:

NOME:
MATRICULA:



GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA
Estado do Paraná
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
